

LUCIANA APARECIDA NOGUEIRA DA CRUZ

**USO DE ÁLCOOL E JULGAMENTO SÓCIO-MORAL DE ESTUDANTES DO
ENSINO MÉDIO**

Marília
2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
Programa de Pós-Graduação em Educação

**USO DE ÁLCOOL E JULGAMENTO SÓCIO-MORAL DE ESTUDANTES DO
ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP para Defesa de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação

Orientador: Prof. Dr. Raul Aragão
Martins

Marília
2006

Cruz, Luciana Aparecida Nogueira da
Uso de álcool e julgamento sócio-moral de estudantes do ensino médio./
Luciana Aparecida Nogueira da Cruz -- Marília, 2006

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de
Filosofia e Ciências

Título em inglês: Alcohol usage and sociomoral judgement of high
school students

1.Consumo de álcool. 2.Julgamento sócio-moral 3.Adolescentes

LUCIANA APARECIDA NOGUEIRA DA CRUZ

**USO DE ÁLCOOL E JULGAMENTO SÓCIO-MORAL DE ESTUDANTES
DO ENSINO MÉDIO**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE

Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP

Área de Conhecimento: Educação

Presidente:

2º Examinador:

3º Examinador:

Marília, de de 2006.

À meus pais Loro e Cida

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a Deus e aos seres que me acompanham nesta jornada. Muito obrigada, também, aos meus pais pela ajuda e apoio que sempre me deram;

Em especial agradeço ao professor Raul Aragão Martins que acreditou em mim e me acolheu com carinho e paciência desde o primeiro momento que nos conhecemos. Seus ensinamentos me acompanharão pela vida toda;

A todos os professores que passaram pela minha vida, desde a escolinha rural até os da graduação, com os quais aprendi entre muitas outras coisas a amar a psicologia, em especial agradeço ao Prof. Dr. Mário Sérgio Vasconcelos que me apresentou a teoria de Jean Piaget.

Meu agradecimento ao mestre, amigo, pai, irmão e às vezes filho Nelson Pedro Silva. Minha paixão pela Educação é fruto da convivência que tive com essa pessoa especial. Jamais esquecerei a rica contribuição que teve em minha formação pessoal e profissional;

Aos amigos do coração Ronaldo, Sarah, Marco, Márcia, Milena, Fabrícia, Cristiano e Bruno; às amigas de viagem Ana Carla, Ciça e Nádia; aos amigos que herdei da faculdade Cristiane, Mariana, Gianna, Francine, Adriana e André Barbieri; às veteranas que me acolheram Maísa, Adriana Leite e Lu Camargo e às amigas de república Patrícia e Lavínia; amigos assisenses Clebinho, Rick, Emerson, meus vizinhos queridos Afonso, Adolfo, Marleni e Américo; ao amigo-companheiro Andrei que em momentos difíceis teve paciência e palavras que aliviaram minha alma, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço à Direção da escola que autorizou a coleta de informações para a pesquisa e a todos os jovens que participaram, oferecendo generosamente seu tempo e opiniões;

Ao CNPq, agradeço o suporte financeiro para a realização desta pesquisa.

LISTA DE ANEXOS

A	Parecer do Comitê de Ética.....	115
B	Ofício da Escola Estadual Francisco Marques Pinto.....	117

LISTA DE APÊNDICES

A	Instrumento do levantamento inicial	118
B	Instrumento da entrevista	120
C	Termo de consentimento livre e esclarecido para menores de 18 anos de idade.....	124
D	Termo de consentimento livre e esclarecido para maiores de 18 de idade e emancipados.....	125

LISTA DE TABELAS

1	Freqüência e porcentagem do resultado do AUDIT por grupo e sexo.....	66
2	Freqüência e porcentagem do resultado do AUDIT por grupo e faixa etária	68
3	Freqüência e porcentagem do resultado do AUDIT por grupo e série.....	69
4	Freqüência e porcentagem do resultado do AUDIT por grupo e período.....	69
5	Freqüência e porcentagem do resultado do AUDIT por grupo e nível socioeconômico	71
6	Freqüência e porcentagem do resultado do AUDIT por grupo e religião.....	72
7	Freqüência e porcentagem do resultado do AUDIT por grupo e se possui familiar que bebeu.....	73
8	Freqüência e porcentagem do nº de doses do Q_F por grupo do levantamento inicial.....	75
9	Freqüência e porcentagem do nº de doses do Q_F por grupo da entrevista.....	77
10	Freqüência e porcentagem das características da experimentação por grupos.....	82

11	Freqüência e porcentagem das características do beber atual por grupo	85
12	Freqüência e porcentagem das características do episódio do beber excessivo por grupo.....	87
13	Freqüência e porcentagem das características da última experiência por grupo	90
14	Médias e desvio padrão das questões dos quatro aglomerados por grupos positivos e negativos no AUDIT.....	93
15	Porcentagens das respostas de justificativa por grupos positivo e negativo no AUDIT	95
16	Porcentagem das categorias de jurisdição de autoridade.....	98

CRUZ, L. A. N. da. *Uso de álcool e julgamento sócio-moral de estudantes do ensino médio*. 2006. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, 2006.

RESUMO

O uso de substâncias psicoativas, legais e ilegais, é uma questão presente e muito discutida na sociedade contemporânea, especialmente quando os usuários são adolescentes. Particularmente as drogas legais, álcool e tabaco, são as mais usadas e o consumo entre os adolescentes pode ter consequências sociais, legais e relacionadas à saúde. Levantamentos sobre o uso do álcool mostram que essa conduta começa no início da adolescência, no convívio familiar ou nos grupos de colegas. Essa situação indica que a conduta de beber é construída socialmente, desta forma, esta pesquisa tem por objetivo identificar o padrão de uso de bebidas alcoólicas e investigar o contexto de uso entre alunos do ensino médio de uma cidade de pequeno porte do interior do estado de São Paulo e ainda como esses estudantes julgam sócio-moralmente o uso de drogas legais, ilegais, assim como condutas morais, sociais, pessoais e de prudência. Para avaliar os julgamentos e classificações dessas condutas, utiliza-se da teoria de domínios sociais de E. Turiel. A pesquisa constou de duas etapas. Na primeira, realizou-se o levantamento inicial (*screening*), no qual investigou-se o padrão de consumo de álcool, com o Alcohol Use Disorders Identification Test – AUDIT, o nível socioeconômico, religião e uso de álcool problemático na família. Na segunda etapa, a entrevista, investigou-se a quantidade e a frequência de uso de álcool, o julgamento sócio-moral, a fim de avaliar-se em que domínios sociais os adolescentes colocam certas condutas, e quinze questões foram elaboradas objetivando-se conhecer o contexto de uso de álcool. O AUDIT identificou 22,3% de alunos como positivos (pontuaram oito ou mais no teste). Os resultados mostram que ser do sexo masculino, frequentar as aulas no período noturno, não pertencer a uma religião e ter familiar que faz uso problemático de álcool são fatores de risco para o uso excessivo de bebida. Tanto os adolescentes que fazem uso excessivo, como aqueles que não bebem, ou fazem uso moderado, colocam o uso de drogas (legais e ilegais) no domínio pessoal. Esses resultados mostram que, embora os jovens julguem como errado o uso de drogas legais e ilegais, eles consideram que estão prejudicando somente a eles. Os resultados referentes ao contexto de uso de álcool mostraram que os adolescentes iniciam o uso em casas de familiares, sob o olhar deles e posteriormente passam a beber em festas com amigos. A média de idade da experimentação é de 13,56 e a cerveja foi a bebida preferida. A maioria bebe “por costume” ou “por diversão”. Conclui-se que o tanto o hábito de beber quanto o julgamento dos adolescentes com relação ao uso de drogas apresenta características distintas dos adultos. E são essas peculiaridades que possibilitam realizar trabalhos de prevenção e/ou intervenção de maior eficácia.

Palavras-chave: consumo de álcool, julgamento sócio-moral, adolescentes, ensino médio, domínios sociais, contexto social.

CRUZ, L. A. N. da. *Alcohol usage and sociomoral judgement of high school students*. 2006. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, 2006.

ABSTRACT

The consumption of psycho-active drugs, either legal or illegal, is an important issue in modern society, especially when consumers are teenagers. Legal drugs such as alcohol and tobacco, particularly, are more often taken and their consequences are as varied as to be social, judicial and health-related. Data rose about the consumption of alcohol show that this habit starts to occur at the beginning of teenage, influenced by family or friend groups. That means the conduct of alcohol consumption is socially taken and, therefore, sets the aim of this research as to identify the patterns of alcohol consumption and investigate the consumption context of high school students from a small town in the countryside in São Paulo state, Brazil, and yet know how these students evaluate the consumption of both legal and illegal drugs in moral, social, legal and personal terms. To analyze how the students evaluate and categorize these conducts, E. Turiel's theories have been used. The research took place in two instances: Firstly, on the screening stage, investigations on patterns of alcohol consumption using AUDIT (Alcohol Use Disorders Identification Test) took place, as well as on their income level, religion and family problems related to alcohol consumption. Secondly, on the interview stage, matters such as how much and how often they drink alcohol, as well as their moral evaluation to understand which social domains these students relate their conduct to. Furthermore, 15 questions were applied to know the context in which alcohol consumption takes place. AUDIT identified 22.3% of the students as positive (scored 8 or more in the test). Results showed that aspects such as male gender, attending school in the evenings, non religion adepts, and having any family member who keeps unhealthy consumption of alcohol, increases the risk of extreme use of drinks. Either students who overdo on alcohol and those who do not drink or those who do it moderately put the consumption of legal or illegal drugs into personal domains. It means that although they judge the consumption of legal or illegal drugs as wrong conduct, they point out that it's harmful to no one else but themselves. Regarding context of use, results show that the students start drinking in family meeting, under adult observation, and subsequently turn to drinking at parties with friends. The aging mean of first contacts with alcohol is 13,56 years old, and beer has been considered their favorite kind of drink. Most of them drink as a habit or for fun. As a conclusion, both alcohol consumption habits and moral evaluations of it differ between teenagers and adults. The awareness of these specificities makes it easier to lead prevention and intervention works in a more successful way.

Keywords: alcohol usage, sociomoral judgment, teenagers, high school, social domains, social context.

SUMÁRIO

Introdução	13
1 Referencial teórico	18
1.1 Considerações sobre a psicologia da moralidade de Jean Piaget ..	18
1.1.1 Os jogos de regras	19
1.1.2 Os deveres morais	21
1.2 Teoria de domínios sociais de Elliot Turiel	32
2 Consumo de álcool e julgamento sócio-moral	40
2.1 Consumo de bebidas alcoólicas	40
2.2 Contexto em que se dá o consumo de álcool	43
2.3 Julgamento sócio-moral	45
3 Método	49
3.1 A Escola	50
3.2 Delineamento da pesquisa	50
3.2.1 Levantamento inicial	50
3.2.2 Entrevista	51
3.3 Participantes	51
3.3.1 Participantes do levantamento inicial	51
3.3.2 Participantes da entrevista	53
3.4 Instrumentos	54
3.4.1 Instrumentos do levantamento inicial (Screening)	54
3.4.2 Instrumentos da entrevista	57
3.5 Procedimentos	60
3.5.1 Procedimento do levantamento inicial (Screening)	60
3.5.2 Procedimento da entrevista	61
3.6 Análises dos dados	62
3.7 Considerações éticas	63
4 Resultados	65
4.1 Resultados do levantamento inicial	65

4.1.1	Identificação dos grupos positivo e negativo pelo AUDIT .	66
4.1.2	Quantidade e freqüência do beber no grupo geral	73
4.1.2.1	Quantidade e freqüência do beber nos grupos positivo e negativo	74
4.2	Resultados da entrevista	75
4.2.1	Quantidade e freqüência de uso	75
4.2.1.1	Quantidade e freqüência de uso entre os grupos positivo e negativo	76
4.2.2	Contexto social de uso de álcool.....	78
4.2.2.1	Características da experimentação de bebidas alcoólicas no grupo total.....	79
4.2.2.2	Características da experimentação de bebidas alcoólicas nos grupos positivo e negativo	80
4.2.2.3	Características do beber atual do grupo total .	82
4.2.2.4	Características do beber atual dos grupos positivo e negativo.....	84
4.2.2.5	Características do beber excessivo no grupo total.....	85
4.2.2.6	Características do beber excessivo entre os grupos positivo e negativo.....	86
4.2.2.7	Características da última experiência com bebida entre o grupo geral.....	87
4.2.2.8	Características da última experiência com bebida entre os grupos positivo e negativo....	89
4.2.3	Julgamento sócio-moral.....	92
4.2.3.1	Avaliação de gravidade dos eventos.....	92
4.2.3.2	Categorias de justificação.....	94
4.2.3.3	Jurisdição de autoridade.....	97
5	Conclusões	98
	Referências	108

INTRODUÇÃO

O consumo de substâncias psicoativas (SPA) tem assumido, cada vez mais, papel de destaque na mídia, tanto impressa quanto televisiva, no decorrer dos últimos anos, especialmente quando se trata de temas polêmicos como drogas e violência (GALDURÓZ et al., 2005). Esse fenômeno – violência – é apontado hoje como um dos problemas mais graves da sociedade brasileira, vem se ampliando e está presente na vida das pessoas de variadas formas (ADORNO, 2002).

Condutas de violência estão, geralmente, relacionadas ao uso de SPA, principalmente o álcool. Estudos apontam fortes evidências de relação entre violência e o uso de bebidas alcoólicas (COSTA et al., 2004; GAZAL-CARVALHO, et al, 2002; DUARTE e CARLINI-COTRIM, 2000; MINAYO e DESLANDES, 1998). Não é possível afirmar se o álcool é o agente causador de comportamentos violentos ou se o uso dele, em associação com outros fatores, é que gera a violência. Mesmo assim, é fato que a proporção de atos violentos é muito alta quando há consumo excessivo de álcool ou de outras drogas, pelos agressores e pelas vítimas (MINAYO e DESLANDES, 1998).

Em contrapartida, as drogas ilícitas ocupam lugar de destaque no imaginário popular, provocando ondas de pânico, em grande parte, alimentadas pela mídia. Porém, o quadro do consumo de drogas ilícitas no Brasil é discreto, se for comparado com o cenário internacional (CARLINI-MARLATT, 2005), embora venha aumentando nos últimos anos, como apontam os cinco levantamentos realizados pelo Centro Brasileiro de

Informações sobre Drogas – CEBRID, nos anos de 1987, 1989, 1993, 1997 e 2004 (GALDURÓZ et al., 2005).

Para Carlini-Marlatt (2005), a questão do uso de drogas ilícitas pelos jovens brasileiros é de relevância questionável, comparado com o impacto que o álcool e o tabaco causam sobre a autonomia, a saúde e o bem-estar dos jovens.

Os problemas causados pelo uso do álcool, que é a droga mais consumida na população brasileira, são evidentes. Mesmo assim, há complacência por parte da sociedade com relação às bebidas alcoólicas. Em se tratando delas, gigantescas corporações dominam a produção e o comércio, que têm como alvo principal o consumidor jovem. A população juvenil é o foco de atenção das grandes cervejarias, pois além dessa população ser mais sensível às mensagens propagandistas, é também a de consumidores com maior potencial para aumentar o consumo com o passar do tempo. Portanto, de um lado existem as grandes corporações com magníficas estratégias de *marketing* que têm como foco principal o consumidor jovem e de outro, há uma tímida legislação que “controla” as propagandas de bebidas alcoólicas, cuja exceção é a cerveja e o chope que são, justamente, as bebidas de maior consumo entre os jovens. Há também a lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos de idade. Porém, raramente tal lei é cumprida. Sequer ela é fiscalizada.

As características próprias da adolescência, como a busca do eu próprio, a tendência de se agrupar, a necessidade de fantasiar e intelectualizar, as crises de religiosidade, o imediatismo, as experiências sexuais, o comportamento reivindicatório, a busca de independência familiar, as flutuações de humor e ainda o sentimento de onipotência, o prazer em

desafiar e transgredir (ABERASTURY e KNOBEL, 1989), colocam o adolescente em situação de maior vulnerabilidade ao uso de SPA e a outros comportamentos de risco social como dirigir embriagado, envolver-se em atividades sexuais sem usar preservativo, envolvimento em brigas, entre outras condutas que expõem tais indivíduos a perigos para si e para outros (KERR-CORRÊA et al, 2002).

Por ser o álcool a droga que o público adolescente e jovem mais se identifica, a presente pesquisa aborda questões referentes ao uso dessa substância entre estudantes do ensino médio. Este estudo objetiva conhecer o padrão de consumo de álcool entre os adolescentes, assim como o contexto em que fazem uso. Ainda em que domínios do conhecimento sócio-moral os adolescentes categorizam condutas sociais, inclusive o uso de álcool.

Os julgamentos sociais que os adolescentes possuem acerca do uso de SPA, principalmente sobre o uso de álcool, que é uma conduta permitida e aceitável na cultura brasileira, são pouco conhecidos e discutidos no meio científico. Mesmo com o aumento de pesquisas científicas sobre o uso de SPA ainda sabe-se muito pouco sobre as características que envolvem o uso de álcool entre adolescentes. Estudos sobre domínios sócio-morais (BERKOWITZ, GUERRA e NUCCI, 1991; KILLEN, LEVITON e CAHILL, 1991; NUCCI, GUERRA e LEE, 1991) alertam para a necessidade de realizar-se mais pesquisas referentes ao julgamento sócio-moral de adolescentes. Por essa razão, a presente pesquisa busca conhecer o julgamento de estudantes do ensino médio público brasileiro. Quais as categorias de justificação que o adolescente usa para classificar seu juízo. E quem ele considera legislador de condutas como, por exemplo, beber e dirigir. À medida que cresce o número de pesquisas na área, cresce a possibilidade de promover meios mais eficazes de

prevenção e/ou intervenção para os propensos usuários ou mesmo aqueles que já são usuários.

Outra razão, pela qual este estudo também se justifica, é a escassez de estudos científicos relacionados aos temas propostos na presente pesquisa. Nas investigações bibliográficas não foram encontradas pesquisas que relacionassem julgamento moral ao consumo de álcool e ao contexto de uso dessa substância.

A presente pesquisa é apresentada na forma de cinco capítulos. No primeiro (capítulo 1), é feita uma explanação das abordagens teóricas sobre a moralidade humana, que são referências para a presente pesquisa. O capítulo inicia-se com um esboço da teoria psicológica da moralidade de Jean Piaget e, em seguida, é apresentada a teoria de domínios do conhecimento de Eliot Turiel. Essa última serve como referência base para a elaboração do instrumento sobre julgamento moral utilizado na pesquisa e sua posterior análise.

No segundo capítulo, são apresentadas pesquisas nacionais e internacionais sobre consumo de álcool e pesquisas sobre julgamentos sócio-morais relacionados com uso de substâncias psicoativas.

No terceiro, expõe-se a metodologia utilizada para a coleta de informações, apresentando inicialmente a escola onde coletou-se as informações, em seguida o delineamento, os participantes e o procedimento de cada etapa da pesquisa (levantamento inicial e entrevista). Ainda apresenta-se como foi feita a análise dos dados e por último as considerações éticas do estudo.

Os resultados são apresentados e discutidos no quarto capítulo. Os dados são comparados com outros estudos nacionais e internacionais. E, no

quinto e último capítulo, apresentam-se as conclusões finais a que se chegou com a análise dos resultados obtidos na pesquisa.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

É apresentada neste capítulo, a fundamentação deste trabalho, a teoria de “Domínios Sociais”, desenvolvida por Elliot Turiel e colaboradores (TURIEL, 1983). Segundo esse autor toda moral é social, porém nem todos os julgamentos sociais são morais. Em função de ser a teoria de domínios sociais base para a presente pesquisa, usa-se a terminologia julgamento sócio-moral ao invés de julgamento moral. Para uma melhor compreensão dessa teoria, expõem-se, em um primeiro momento, os estudos de J. Piaget (1994) sobre o desenvolvimento moral da criança. Essa colocação é necessária, por Turiel colocar a sua teoria numa perspectiva estrutural desenvolvimentista.

1.1 Considerações sobre a psicologia da moralidade de Jean Piaget

a moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras (Piaget, 1994, p. 23).

Os estudos de Piaget sobre a psicologia da moralidade humana estão reunidos na obra *Le jugement moral chez l'enfant*, originalmente publicada em 1932 e, no Brasil, em 1977, com o título *Julgamento moral na criança*. Posteriormente, em 1994, essa mesma obra foi publicada com o título *O juízo moral na criança*. Esse livro foi a única obra em que o estudioso suíço relata pesquisas empíricas sobre o tema. Apesar disso, é uma obra de conteúdo riquíssimo. Quanto a esse tema, ele só voltou a escrever alguns artigos mais tarde, de forma puramente teórica (PIAGET, 1973).

Em seus estudos sobre a moralidade humana, investigou unicamente o juízo moral infantil. Como método de suas investigações, utilizou-se da observação e da entrevista clínica.

1.1.1 Os jogos de regras

Piaget (1994), todavia, não iniciou seus estudos sobre a moralidade estudando propriamente os juízos morais. Começou estudando os jogos infantis. Fez isto porque a complexidade das regras envolvidas nos jogos o levou a considerar tal universo como reflexo das normas sociais do mundo adulto. Ao jogar, a criança se depara com situações que envolvem respeito às regras e aos colegas além de valores morais como honestidade e justiça (SILVA, 2002). Dessa forma, mediante os jogos infantis – bolinhas de gude entre meninos e pique entre meninas – Piaget investigou como os indivíduos constroem as regras gradativamente. E como tomam consciência da regra.

Metodologicamente, ele agiu da seguinte forma: pedia às crianças de escolas de Genebra e Neuchâtel que o ensinassem a jogar e, em seguida, as interrogava sobre as regras do jogo (de onde vinham e quem as tinha inventado). Perguntava também se as crianças de outras gerações jogavam do mesmo modo, isto é, se as regras podiam ser modificadas. Ele verificou que inicialmente a criança vê as regras coletivas como sagradas e exteriores. Pouco a pouco ela vai interiorizando-as e construindo a noção de que elas são resultado do consentimento mútuo, possibilitada pela consciência autônoma.

Os resultados obtidos com os estudos desses jogos levaram Piaget à constatação de que as crianças agem de maneira diferente em relação às regras do jogo. Em outras palavras, Piaget verificou que há desenvolvimento

nas regras do jogo, definidas por anomia, heteronomia e autonomia (em relação à consciência delas). Ao invés de Estágio, Fase ou Período, optou-se neste trabalho pela terminologia Tendência, já que Piaget teria declarado não haver descoberto estágios de desenvolvimento moral, mas tendências de juízo moral (SILVA, 2002).

Na anomia, a criança não segue regras coletivas. Seu comportamento objetiva, basicamente, a satisfação de interesses motores e de suas fantasias simbólicas. Esse período vai do nascimento a aproximadamente cinco anos de idade.

A heteronomia, inicia-se no decorrer da fase egocêntrica da prática das regras e termina mais ou menos na metade do estágio da cooperação. Ela compreende a faixa etária de cinco a 10 anos de idade em média. A criança acredita que as regras têm origem divina, portanto, são compreendidas como sagradas e não podem ser modificadas. No entanto, como ela ainda não compreende o sentido da existência das regras, ao jogar muda, sem perceber, as regras do jogo.

A autonomia abrange o fim do estágio da cooperação, do ponto de vista prático e todo o estágio da codificação das regras. Inicia-se por volta dos 12 anos de idade. É quando a criança compreende o sentido das regras e, portanto, há necessidade de se estabelecer acordos mútuos. Todo ato só é considerado bom se for produto de um acordo entre os membros do grupo, diferente da tendência anterior em que o bom era definido pela obediência à lei ditada pelos adultos. Nesse estágio, o indivíduo, ao superar o egocentrismo da fase anterior, compreende o sentido da existência das regras e tem a capacidade de construir novas regras ou reformular as já existentes.

É preciso considerar a possibilidade de a criança estar num momento do desenvolvimento em relação à consciência da regra, ou em outro, no momento da prática.

1.1.2 Os deveres morais

De posse desses dados, o referido epistemólogo, começou a se questionar se o sujeito também não se desenvolveria moralmente e da mesma forma. Para isso, ele utilizou a observação e o interrogatório como métodos para investigar o nível de desenvolvimento moral das crianças. Para isto construiu dilemas que continham conteúdos relacionados ao desajeitamento material, ao roubo e, principalmente, à mentira. Ele contou, assim, pares de pequenas histórias às crianças, que continham situações claramente conflitantes para elas.

Especificamente em relação ao desajeitamento material, o autor contou pares de histórias aos sujeitos em que as personagens se envolviam em situações desastrosas, acarretando conseqüências negativas. Cabe informar que a criança pequena é guiada pela *responsabilidade objetiva*, ou seja, não leva em conta a intenção do sujeito, apenas a conseqüência da ação. Isso acontece em função do egocentrismo acentuado; à medida que esse diminui, a criança passa a julgar as intenções que levam o sujeito a cometer tal ato, ou seja, começa a analisar os resultados sob a ótica da *responsabilidade subjetiva*.

Com relação ao roubo, as histórias compararam situações em que houve furto pautado por intenções egoístas ou altruístas. Depois de apresentar

as histórias, Piaget perguntava às crianças se as personagens envolvidas eram igualmente culpadas, ou se havia uma mais culpada que a outra.

Os resultados mostraram que, no domínio do roubo, os atos também são avaliados em função do resultado material e independem das intenções do sujeito, para as crianças menos desenvolvidas. As intenções passam a ter importância apenas para as crianças mais desenvolvidas moralmente. Pesquisas posteriores mostram que o desenvolvimento da compreensão da intenção é mais precoce do que os achados iniciais de Piaget (MARTINS, 1997).

Em relação à mentira, os interrogatórios se referiam basicamente a três pontos: definição da mentira, responsabilidade em função da mentira e das conseqüências materiais provocadas por ela. Além disso, a criança era questionada se o ato de mentir entre crianças é permitido e por que não se deve mentir.

Piaget (1994) notou que as crianças "menores" concebem a mentira como aquilo que mais se distancia da realidade, ao passo que, para as "maiores", a mentira é compreendida como a intenção deliberada de enganar o outro.

Em resumo, as investigações de Piaget acerca dos julgamentos das crianças, referentes ao desajeitamento, ao roubo e à mentira, evidenciaram nas crianças pequenas uma estrutura de pensamento denominada por ele de *realismo moral*. Esse realismo é uma tendência própria da criança "em considerar os deveres e valores a eles relacionados como subsistentes em si, independentemente da consciência e se impondo obrigatoriamente, quaisquer que sejam as circunstâncias às quais o indivíduo está preso" (PIAGET, 1994, p. 93).

O realismo moral apresenta pelo menos três características: a) o dever é essencialmente heterônomo, ou seja, só é bom todo ato obediente às regras ou aos adultos; b) a regra é levada ao pé da letra e não é observada no seu espírito; c) acarreta uma concepção objetiva da responsabilidade, ou seja, os atos são julgados pelas suas conseqüências, e não pela intenção. Ainda mais, tais crianças costumam defender o uso de sanções expiatórias (punições sem relação com o delito cometido).

Piaget (1994) verificou que hábitos e tradições sócio-culturais compõem o universo moral de cada um. Mas, se a razão do sujeito for desenvolvida, ele poderá criticar, transformar ou até mesmo aperfeiçoar a bagagem histórica imposta pelo ambiente social, dependendo do tipo de relação interindividual estabelecida que pode ser, segundo ele, de *coação* ou de *cooperação*. A primeira, que é a moral do dever e do respeito unilateral, conduz à heteronomia; a segunda, que é a moral da reciprocidade e do respeito mútuo leva à autonomia.

A coação é um tipo de relação assimétrica, na qual as leis são impostas de fora. Logo, não há reciprocidade. Os indivíduos seguem o critério da semelhança "fazendo o que e como os outros fazem", não atuando, dessa forma, como legisladores. Isto se dá pela imposição, não somente de leis, mas em virtude do modo de pensar e de agir das crianças que ainda não aprenderam o sentido das regras. Esse é o primeiro tipo de relação interpessoal a fazer parte do universo infantil e predominante nos primeiros anos de vida. Isto acontece porque o respeito é puramente unilateral às leis impostas ou àqueles que as impuseram, regras estas necessárias para a sobrevivência da criança no início da vida. Portanto, a coação é inevitável e necessária nos primeiros anos de vida, porque é por meio dela que os

indivíduos tomarão conhecimento das regras existentes. Assim, elas só serão malélicas se o seu emprego for prolongado e constituir-se na única via de relação do indivíduo com o meio social.

Cabe informar que o respeito unilateral, o realismo moral e a responsabilidade objetiva são resultados da coação que a criança sofre nos primeiros anos de vida. Com o aumento das relações de cooperação há um declínio do realismo moral e da responsabilidade objetiva, dando lugar à responsabilidade subjetiva. Isso quer dizer que a criança deixa de ser guiada pela moral do dever (heteronomia) e passa a ser guiada por um raciocínio autônomo.

As relações de cooperação, diferentemente das de coação, não são impostas por outrem. Ao contrário, são construídas por meio de acordos coletivos entre os participantes. Em consequência, o respeito passa a ser mútuo. Esse tipo de relação, para Piaget, é o principal elemento para o sujeito construir o pensamento autônomo.

A grande diferença entre a coação e a cooperação, ou entre o respeito unilateral e o respeito mútuo, é que a primeira impõe crenças ou regras completamente feitas, para serem adotadas em bloco, e a segunda, apenas propõe um método de controle recíproco e de verificação no campo intelectual, de discussão e de justificação no domínio moral. Pouco importa se esse método se adapta, de imediato, ao conjunto das regras do ambiente ou a determinado aspecto da conduta; uma vez constituído, aplica-se, de direito, a tudo (PIAGET, 1994, p. 83).

Os tipos de respeito – unilateral e mútuo – predominantes respectivamente nas relações coercitivas e de cooperação determinam, segundo Piaget, três maneiras de o sujeito relacionar-se com as regras:

- a) regra motora. Sua origem se confunde com o hábito e nasce da repetição dos esquemas de adaptação motora;
- b) regra coercitiva ou do respeito unilateral. Observando como os mais velhos agem, a criança imita as regras empregadas por eles. Além disso, as vê como sagradas. Portanto, obrigatórias.
- c) regra racional ou do respeito mútuo. A criança compreende que a essência da regra não está na tradição, mas no acordo mútuo e na reciprocidade entre as partes envolvidas. Busca a discussão de igual para igual, com a intenção de compreender o outro e fazer-se compreendido.

Conforme se dá o desenvolvimento moral, as crianças passam a relacionar-se de maneira diferente com as regras.

É preciso salientar que, para Piaget (1994), o juízo verbal da criança, está em atraso em relação ao juízo efetivo. A "noção de autonomia aparece, assim, na criança com um ano de atraso, aproximadamente, em relação ao exercício da cooperação e à consciência da autonomia" (Piaget, 1994, p. 99).

Depois de investigado o papel da coação adulta, na determinação do juízo moral das crianças, Piaget (1994) realizou estudos com o objetivo de compreender melhor o papel da cooperação. Para isso estudou a noção de justiça. Ele optou por tal conceito por ser o mais racional e o mais fácil de ser investigado do ponto de vista metodológico. Além de que, para desenvolver-se, a cooperação requer respeito mútuo e solidariedade entre as crianças, sendo, portanto desnecessária a presença do adulto.

Os resultados a que Piaget (1994) chegou, indicaram a existência de duas noções de justiça. A primeira delas – a retributiva – considera que a

sanção deve ser proporcional ao ato cometido. Basicamente, são empregados dois tipos de sanções, quando se faz uso dessa justiça:

- a) expiatórias. Essa punição é de natureza arbitrária, pois não há relação entre a sanção e a tolice cometida. A "criança pequena" considera justo esse tipo de punição porque é vista por ela como a mais severa (causadora de dor física).
- b) por reciprocidade. No tocante a essa punição, há relação entre o conteúdo da punição e a natureza da falta, além de exigir proporcionalidade entre a gravidade da falta com o rigor da punição aplicada. A sanção por reciprocidade pode ser a exclusão momentânea ou definitiva do grupo, a restituição das conseqüências da falta, à ação por simples reciprocidade ou apenas a simples repreensão. O que vale aqui, por um lado, é a idéia de que se rompeu o elo de solidariedade e, por outro que é obrigação recolocá-lo em ordem.

O segundo tipo de noção de justiça é a distributiva, definida pela igualdade e mais tarde pela eqüidade. No domínio da justiça distributiva há três grandes fases:

- a) primeiramente, a criança confunde a justiça com aquilo que os adultos dizem, cujo teor é visto como Lei (mesmo que seja injusta);
- b) em seguida, a igualdade é defendida e prevalece sobre qualquer situação, mesmo em oposição à obediência aos adultos;
- c) por último, o igualitarismo simples cede lugar à eqüidade, pois cada situação é considerada particularmente.

Finalmente, em relação aos resultados desenvolvidos por Piaget (1994) sobre "cooperação e justiça" evidenciam três grandes tendências na aquisição da noção de justiça na criança:

- a) justiça imanente (até sete, oito anos). A justiça é subordinada às ordens dos adultos. Quanto às sanções, as crianças acreditam que elas emanam dos objetos e são vistas como um castigo divino por não se ter agido "corretamente".
- b) igualitarismo (entre oito e 11 anos). É um momento de transição entre a justiça imanente e a justiça puramente igualitária. Aqui a criança faz generalizações e considera justo somente o que é igualitário.
- c) justiça puramente igualitária (a partir dos 12 anos). A criança se preocupa com a equidade, considerando particularmente cada situação.

Piaget encerra seus estudos em *O juízo moral na criança* com especulações sobre os fatores responsáveis pelo desenvolvimento moral. Para isso, ele apresenta, analisa e contrapõe as idéias de pensadores como Durkheim e Fauconnet sobre a responsabilidade e a autoridade; Baldwin e Bovet sobre a origem dos sentimentos morais, além de algumas idéias de pedagogos acerca da autonomia da consciência infantil. Sucintamente são apresentadas as teorias e as objeções feitas por Piaget à Fauconnet e Durkheim.

A responsabilidade, por exemplo, para Fauconnet é a "qualidade dos que devem". A idéia de responsabilidade está associada, portanto à consciência da dívida e o seu não cumprimento à idéia de punição. Em outras

palavras, “ser responsável é ser justamente punível” (FAUCONNET, apud PIAGET 1994, p. 245).

Nas sociedades antigas, a responsabilidade era coletiva, objetiva e comunicável. Com o tempo a responsabilidade se individualizou e tornou-se subjetiva. Nas morais primitivas, atribuía-se responsabilidade a atos involuntários, acidentais e/ou cometidos sem nenhuma imprudência ou negligência, devendo ser punido o infrator (a responsabilidade incluía crianças, alienados, e até mesmo a coletividade era punida, a intenção não era considerada). Hoje, na moral, a intenção é elemento primordial para a atribuição de responsabilidade e, em consequência de punição; apenas indivíduos adultos, sãos e viventes são responsabilizados, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1991) e da nossa Constituição (BRASIL, 2006).

As críticas feitas por Fauconnet às sociedades modernas, se referem, então, à atribuição de penalidades. Segundo ele, a punição é aplicada com desgosto, por causa disso, são oferecidas todas as oportunidades aos culpados para se defenderem e, em decorrência, não serem punidos. Para esse autor, a forma contemporânea de responsabilidade, em nossa sociedade, é resultado do enfraquecimento dos valores primitivos e da ação de sentimentos antagônicos, como a compaixão e o humanitarismo (que intervêm no momento de se estabelecer uma sanção).

Cabe sublinhar que a consciência moral do indivíduo é resíduo interiorizado da consciência coletiva. A partir da individualização da vida social, a responsabilidade tornou-se interna e, por isso, a moral atual considera fundamental a intenção do indivíduo, o que para Fauconnet não representava nenhum ganho para as sociedades.

Piaget (1994) discordou das idéias de Fauconnet sobre responsabilidade. Para ele, ela não é comunicável e nem objetiva como considerava Fauconnet, para quem esses dois caracteres eram a base da verdadeira responsabilidade.

Cabe esclarecer que, tanto para Durkheim como para Fauconnet, a moralidade está intimamente associada à responsabilidade e à sanção. Para o primeiro, a existência da moralidade está assegurada desde que haja sanções. Ainda mais: o eminente sociólogo vê a sociedade como una e como a única via de origem da moralidade, ou seja, a moral é determinada socialmente. Piaget concorda com ele nesse ponto.

Sobre a origem da moral, para Durkheim, tal aspecto está focado no sentimento do sagrado; a sociedade consistiria num conjunto de crenças e de sentimentos solidários que se procura salvaguardar. O crime é, portanto, considerado sacrilégio, porque rompe o elo social. Daí a necessidade de se recolocar em ordem a sociedade por meio da aplicação de sanções. Pouco importa onde elas recaiam. O importante é que as sanções sejam efetivadas e adequadas ao crime.

Em resumo, Durkheim afirma a unidade de todos os fatos morais e sociais. Crê na sociedade como una; para ele, as diferenças entre cooperação e conformismo obrigatório é uma questão mais de grau do que de qualidade. Afirma que, como a moral nasceu da religião, os atos obrigatórios foram inicialmente sancionados na proporção em que se acharam procedentes da noção do sagrado. Assim, como o sagrado é o que inspira, ao mesmo tempo, o temor respeitoso e um sentimento de atração, da mesma forma também as noções morais se apresentam sob dois aspectos irreduzíveis, mas inseparáveis: a obrigação e o dever de um lado, o sentimento do bem ou do

ideal desejável, de outro. O objeto da moral e a origem do respeito só podem ser a própria sociedade, enquanto distinta dos indivíduos e superior a eles.

Durkheim afirma ainda que a moral é produto apenas das relações entre crianças e adultos. Dentre os adultos – representantes da sociedade - o professor desempenha o papel de sacerdote e tem como função “revelar” a verdadeira regra para a criança.

Embora Piaget considere as idéias de Durkheim corretas, ele as vê como incompletas por duas razões. A primeira por considerar que Durkheim defenda a existência de uma única fonte determinante das duas morais. Lembremos que Piaget, ao contrário, concebe a existência de duas morais (do dever e da reciprocidade) e considera que elas são produto de dois tipos de relações interindividuais, as de coação e as de cooperação.

O segundo aspecto refere-se aos atores responsáveis pela formação moral. Durkheim considera que somente as relações sociais entre crianças e adultos são as responsáveis pelo desenvolvimento moral, Piaget considerará também as relações entre as próprias crianças da mesma ou de diferente faixa etária e de nível cognitivo e moral. Essas relações podem ser vistas durante o jogo de regras, em que as crianças mais velhas ocupam o lugar de “modelo” para as menores e, com isso, acabam “transmitindo” valores sociais e morais de acordo com a sua própria experiência social. Para o desenvolvimento da noção de justiça na criança, é fundamental que ela estabeleça relações com iguais. Nesse sentido, os adultos atrapalhariam ou impediriam o seu desenvolvimento em direção à autonomia.

Quanto à heteronomia tanto Durkheim, Bovet e Piaget concordam que ela é produto da coação social, ou seja, pelo respeito dos menores pelos maiores e dos mais novos pelos mais velhos.

Para Piaget as teorias estão incompletas e não dão conta de explicar o progresso das relações de coação para as de cooperação. Para ele, a moral não é homogênea, porque a sociedade não é una. A sociedade é o conjunto das relações sociais (PIAGET, 1994, p. 294).

Por essa razão é que ele considerara que há relações de coação e de cooperação, assim como respeito unilateral e mútuo, bem como sujeitos predominantemente heterônomos e autônomos.

A ênfase na abordagem da teoria acerca da moralidade humana de Jean Piaget é importante por ele ter sido, no campo cognitivista, o primeiro pensador a produzir estudos empíricos acerca da moralidade e o primeiro a verificar a existência de uma psicogênese da moralidade humana.

Vários estudiosos acolheram a linha de pesquisa piagetiana, considerando-se "seguidores". Dentre eles, destaca-se Lawrence Kohlberg (1927-1987) cuja importância foi notável, haja vista que mais de 60% das pesquisas nessa área, feitas nos EUA, na década de 60 e 70 (século XX) fizeram menção aos seus estudos (FREITAG, 2002).

Basicamente os estudos desse autor tiveram como objetivo o desenvolvimento da noção de justiça em adolescentes e adultos. Para isto, fez uso de dilemas morais cujos resultados o levaram a construir uma nova tipologia da moralidade humana. Ele a dividiu em três níveis, cada um formado por dois períodos. Sinteticamente, os níveis são: pré-convencional, convencional e pós-convencional. No primeiro (períodos 1 e 2), o sujeito é guiado basicamente por interesses egoístas. O segundo – convencional (períodos 3 e 4) – pelas convenções e o terceiro (períodos 5 e 6) por regras estabelecidas coletiva e democraticamente ou por princípios.

1.2 Teoria de domínios sociais de Elliot Turiel

Dos discípulos de Kohlberg o que mais retratou fielmente a tradição piagetiana de pesquisas sobre o desenvolvimento social foi E. Turiel. Inicialmente, ele pesquisou os mecanismos de desenvolvimento do julgamento moral dentro da abordagem kohlberguiana. Mais tarde interessou-se pelos modos de transição de um estágio para outro e nas possíveis regressões que podem ocorrer no desenvolvimento moral (TURIEL, 1974). Porém, seu interesse central foi estudar o desenvolvimento do conhecimento social, ou seja, as formas de organização e reorganização do pensamento dentro de domínios. Para realizar tais estudos, seguiu o modelo estrutural piagetiano de desenvolvimento do pensamento. Dentro dessa abordagem o pensamento é visto não como mera cópia do meio, uma vez que a pessoa necessita da experiência para construir seu conhecimento, isto é, a construção do pensamento e do conhecimento ocorre a partir da interação entre o indivíduo e os objetos, ou seja, das suas ações sobre o meio e de suas interações com ele.

E, para analisar as formas de organização do pensamento infantil e suas mudanças seqüenciais, Turiel (1983) utilizou o método da entrevista clínica. Para Piaget (1994), o método clínico é um método estrutural. E segundo ele, é o melhor método de investigação para explicar o modo como o indivíduo pensa e as mudanças evolutivas do pensamento. Esse método é uma maneira indireta de compreender o que e como a criança pensa sobre determinadas ações. Ele consiste basicamente na apresentação verbal ao sujeito de pequenas histórias, envolvendo situações referentes a um tema

específico de interesse do pesquisador. Em outras palavras, são apresentadas verbalmente à criança situações envolvendo condutas para que ela diga o que pensa a respeito dessas ações. Por exemplo, apresentam-se dilemas morais às crianças, a fim de avaliar o julgamento moral que têm a respeito dos dilemas apresentados. O pesquisador faz perguntas referentes às ações das personagens envolvidas nas histórias, embasadas em hipóteses específicas. E, se julgar necessário, faz uso da observação para atingir o objetivo do estudo.

Seguindo a linha de estudos de Piaget sobre o desenvolvimento do conhecimento social, Turiel (1983) entende, assim como Piaget (1994), que o processo de construção e organização do pensamento dá-se pela interação indivíduo-meio e se constitui num processo evolutivo. Esse processo passa por constantes mudanças qualitativas e seqüenciais que podem ser chamadas de estágios ou níveis. A cada estágio do desenvolvimento, o indivíduo compreende o meio em que vive de uma forma mais equilibrada que nos estágios anteriores. O processo de mudança de um estágio a outro se regula mediante o princípio de equilíbrio. Esse processo dá-se da seguinte maneira: o indivíduo, ao assimilar novas informações, mantém a coerência da organização cognitiva, mas as novas experiências provocam desequilíbrio no modo existente de pensar, o que possibilita uma reorganização do pensamento. Se o modo de pensar que a criança já possui não lhe permite lidar com os acontecimentos apresentados, o resultado será um desequilíbrio que pode desembocar em um processo gradual de reorganização numa forma de pensamento. Essa nova forma coordenará adequadamente as concepções prévias com os acontecimentos discrepantes e novos.

Essa forma de compreender o desenvolvimento do conhecimento social está organizada no livro *The Development of Social Knowledge*, de 1983.

Nessa obra, Turiel, ao falar da importância do ambiente social em que o sujeito está inserido, ressalta que a influência da cultura nas condutas não tem sido verificada experimentalmente e o conceito de cultura ainda é pouco claro, existindo diferentes interpretações teóricas a respeito. Ele também salienta que não há unanimidade entre os teóricos a respeito do significado ou das funções que a cultura exerce nas sociedades. Essas afirmações são feitas a partir da análise que ele faz de dois grupos de teóricos que apresentam definições diferentes sobre esse conceito, porém, esses grupos são consensuais com relação aos efeitos que a cultura exerce sobre o indivíduo. De um lado ele considera que Benedict, Whiting e Child concebem a cultura como algo homogêneo, como conjuntos integrados. De outro, um grupo de teóricos com uma visão distinta a do primeiro, vê a cultura como possuidora de elementos que não estão integrados entre si. Esse grupo, para ele, é composto por Geertz, Schwartz e Shweder. Turiel (1983) salienta que ambos os grupos de teóricos, mesmo se contrapondo em alguns aspectos, consideram a cultura como sendo controladora de funções.

Pode-se pensar na cultura não só neste último aspecto, mas também como delimitadora das formas de agir e pensar das pessoas. Pois cada sociedade possui culturas distintas, com hábitos e costumes diversos, os quais, influenciam ou controlam as ações, pensamentos e interpretações que os indivíduos possuem acerca do mundo.

Coerente com os fundamentos interacionistas, Turiel (1983) considera que, desde o nascimento, o indivíduo constrói categorias fundamentais do conhecimento social. Esse conhecimento é a forma que a pessoa vê e se relaciona com o mundo. As pessoas constroem formas de pensar, interpretar e

compreender os acontecimentos à sua volta a partir dos variados elementos de suas experiências com o meio social em que vivem.

Os dados das pesquisas realizadas por Turiel e colaboradores (1983) os levaram a considerar que o indivíduo constrói formas diferentes de pensar em se tratando de julgamento moral e outros conceitos sociais. Seus estudos apontaram que o desenvolvimento conduz à transformações nas formas de organização do conhecimento. A partir daí, Turiel (1983) diferenciou o raciocínio sobre temas morais do de temas convencionais e concluiu que o conhecimento social é organizado dentro de diferentes domínios. Em outras palavras, as interações que os indivíduos estabelecem com tipos fundamentalmente diferentes de objetos e acontecimentos são responsáveis pela construção de conceitos distintos que se organizam dentro de certos domínios do conhecimento. Pode se dizer que os domínios são territórios delimitados em que os conceitos se organizam. E o desenvolvimento conceitual se forma a partir das ações do indivíduo sobre o meio e de suas interações com ele, ou seja, a ação é a fonte do desenvolvimento conceitual e uma vez formados os juízos sociais, esses não diferem das ações do indivíduo.

Há, segundo Turiel (1983), dois aspectos dos conceitos sociais do indivíduo: os critérios de julgamento e as categorias de justificação. Os *critérios de julgamento* são usados pelas pessoas na identificação e classificação dos eventos sociais. Os julgamentos realizados pelo sujeito revelam traços que permitem identificar um domínio de conhecimento. E a forma como as pessoas justificam a classificação dos eventos sociais são as *categorias de justificação*. Em outras palavras, os indivíduos organizam os elementos de interação social que têm experiência em categorias de pensamento. Essas categorias são as formas de pensamento empregadas na

justificação de um modo de atuar. Como categorias de justificação têm-se, por exemplo, as relações com a justiça, o dano e os direitos, ou com os elementos de coordenação do sistema social. Elas formam sistemas organizados de pensamento dentro de cada domínio e são essas formas de organização que passam por transformações com o aumento da idade do indivíduo. Em suma, os domínios se distinguem não só por seus critérios de juízo, mas também por suas formas de julgamento.

Partindo do pressuposto de que o mundo social individual inclui várias pessoas, relações entre elas e sistemas institucionalizados de interação, Turiel e colaboradores (1983) propuseram que, a partir das interações de reciprocidade que a criança estabelece com o meio social, ela estrutura três grandes domínios de pensamento: a) conceitos de pessoas ou sistemas psicológicos (o domínio psicológico); b) conceitos ou sistemas de relações e organizações sociais (o domínio social); c) juízos prescritos pela justiça, direitos e bem estar (o domínio moral). Esses três domínios foram notados nos estudos sobre o desenvolvimento social, porém Turiel (1983) se ateve à pesquisa empírica de apenas dois domínios: o das convenções e o da moralidade. Ele notou que bem cedo, no início da primeira infância, a criança diferencia esses dois domínios, e essa diferenciação se mantém durante toda a infância, adolescência e no decorrer da vida adulta. Tais domínios se estruturam a partir da maneira com que o indivíduo organiza sua forma de ver e interpretar o mundo a sua volta.

As convenções são uniformidades de conduta que têm fins sociais, pois servem para coordenar as interações das pessoas dentro dos sistemas sociais. O conhecimento acerca das convenções é compartilhado entre os membros da sociedade, esse conhecimento permite que as pessoas saibam como agir e o

que esperar dos outros. Tais condutas dependem de cada contexto social. O pensamento referido às convenções sociais, se baseia na presença ou ausência de regras. Porém, deve-se destacar que, para compreender a convenção social, não se deve tomar a regra como elemento principal, mas sim o sistema constitutivo, pois as convenções não são estritamente regras, elas estão constituídas dentro de unidades sociais que definem as interações sociais. Turiel afirma: "... sólo es posible transformar las convenciones de un contexto social en la medida en que se redefine el sistema de una determinada manera, dando lugar a ciertos cambios en su naturaleza" (TURIEL, 1983. p. 53).

Diferentemente das convenções, as avaliações dos aspectos morais não se baseiam na presença ou ausência de regras sociais, não estão determinadas por um consenso ou definidas mediante a organização social. Não é possível aplicar a noção de sistema constitutivo de organização social ao domínio moral. O domínio moral se refere aos juízos de justiça, direito e bem estar, as regras morais não dependem do contexto social, mas

Esto no quiere decir que las consideraciones morales no se apliquen a las organizaciones sociales, sino que las prescripciones de este orden se basan en otros fundamentos diferentes a aquellos sobre los que se asientan los elementos que componen el sistema social (TURIEL, 1983. p. 54).

As crianças ao tentar compreender suas experiências sociais formam juízos sobre o que é bom ou o que é mau, o que é justo ou o que é injusto. Esses juízos são construídos e evoluem a partir das experiências que a criança vivencia, mas tais juízos não estão latentes nas próprias experiências. Portanto, a fonte da moralidade não está nas normas do grupo ou da sociedade, já as convenções se fundamentam na compreensão das características do sistema social.

Las prescripciones morales son obligatorias, universalmente aplicables, pues sirven para cualquier persona en circunstancias similares, e impersonales, pues no se basan en preferencias individuales o inclinaciones personales. Por consiguiente, están determinadas por criterios que no son el acuerdo, el consenso o la convención institucional. (TURIEL, 1983. p. 51)

Nos estudos de Turiel e colaboradores observou-se que a criança responde primeiro aos acontecimentos morais e isso acontece a partir do segundo ano de idade, sendo que só mais tarde ela responde aos convencionais. Ela compreende as convenções, quando começa a conceituar o contexto social que está ao seu redor. Os acontecimentos morais são considerados pelas crianças como não contingentes às regras e as transgressões são más, mesmo inexistindo regras. As crianças, desde cedo, afirmam que as regras relacionadas a aspectos convencionais podem ser modificadas, enquanto as relativas a temas morais não podem. Os sujeitos de distintas idades avaliam as regras morais como mais importantes que as convencionais e consideram as transgressões das regras morais mais graves do que as convencionais.

A partir das ações interpessoais, das experiências vivenciadas pela criança que proporcionam mudanças internas é que são formados os conceitos morais. Enquanto que os convencionais se formam por meio das experiências da criança com elementos do sistema social e situações de coordenação cuja natureza é arbitrária. A autoridade das prescrições morais não se baseia nos ditados de pessoas específicas, como autoridades, nem na estrutura do grupo. A autoridade provém das inferências que podem se realizar a partir das ações e suas conseqüências para as pessoas.

Na perspectiva dos adultos que tenham desenvolvido e organizado o seu pensamento social, tratar uma autoridade por “Senhor” é uma convenção seguida e julgada por eles importante, e da mesma forma consideram que agredir alguém, furtar ou vandalizar um bem público são atos morais, por violar pessoas ou propriedades. Entre os jovens, principalmente entre os adolescentes que praticam atos anti-sociais, parece haver uma construção da moralidade distinta da estabelecida pelos adultos, notadamente entre os que consomem drogas lícitas ou ilícitas.

2 CONSUMO DE ÁLCOOL E JULGAMENTO SÓCIO-MORAL

Dando continuidade à fundamentação teórica deste trabalho este capítulo apresenta dados sobre consumo de bebidas alcoólicas e julgamento sócio-moral e está organizado em três partes. A primeira apresenta pesquisas de âmbito nacional e internacional com relação ao uso de bebidas alcoólicas e suas conseqüências. A segunda trata de pesquisas que apontam a importância do contexto em que se dá o uso de bebidas alcoólicas. E a última parte, discorre sobre pontos do julgamento sócio-moral e o uso de substâncias.

2.1 Consumo de bebidas alcoólicas

Existem pesquisas mostrando os padrões de uso de drogas na população de uma forma geral. Esses estudos indicam que os jovens começam a fazer uso de drogas lícitas (álcool e tabaco) e ilícitas (maconha, cocaína, crack) em idade precoce. Dessas, o álcool tem sido a droga mais usada entre o público adolescente e jovem e seu consumo tem se iniciado cada vez mais cedo e com uma freqüência cada vez maior (BAUS, KUPEK e PIRES 2002; CARLINI-COTRIN, 2000; GUIMARÃES, et al. 2004; KERR-CORRÊA, 2002; MUZA, et al. 1997b; SILBER e SOUZA, 1998; SOLDERA, et al. 2004; TAVARES, BÉRIA e LIMA 2001). Segundo o levantamento do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID, 48,3% das pessoas que se encontram na faixa etária de 12 a 17 anos, já tiveram experiência, pelo menos uma vez, com bebida alcoólica e o número de dependentes nessa faixa

etária chega a 5,2% (CARLINI et al., 2002). Esses dados comprovam que o consumo excessivo de álcool entre o público jovem representa um problema de saúde pública importante.

Pesquisas indicam o envolvimento de muitos jovens embriagados em diversas situações de risco como atividades sexuais não planejadas, eventos acidentais e/ou situações de violência que, muitas vezes, deixam seqüelas irreversíveis pela vida toda ou até levam à morte. Os transtornos decorrentes do consumo de álcool causam prejuízos inestimáveis ao usuário e à sociedade. Os acidentes automobilísticos são a principal causa de morte entre jovens de 16 aos 20 anos de idade e, como principal responsável pelos acidentes, tem se o álcool (CARLINI, et al, 2002; GAZAL-CARVALHO, 2002; MINAYO e DESLANDES, 1998; PECHANESKY; SZOBOT e SCIVOLETTO, 2004). Um estudo realizado em Curitiba indicou que 58,9% dos autores de crimes e 53,6% das vítimas de 130 processos de homicídios ocorridos entre 1990 e 1995 na cidade estavam sob efeito de bebida alcoólica no momento da ocorrência (DUARTE e CARLINI-COTRIM, 2000).

A díade jovem – álcool tem sido foco de estudos e pesquisas em diversos países, como mostra o estudo sobre *Prevenção ao uso de álcool entre estudantes universitários* realizado por Kerr-Corrêa, Simão e Martins (no prelo). No Brasil, no entanto, as pesquisas são recentes e em número reduzido.

Em 1998 foi feito um levantamento com estudantes colegiais e universitários da Universidade Estadual Paulista – Unesp sobre os possíveis fatores de risco que levam os estudantes a consumir álcool e outras drogas (KERR-CORRÊA et al, 2001). Os resultados apontaram, como possíveis fatores de risco para o uso excessivo de álcool entre os universitários, ser do sexo

masculino, ter tido contato com algum tipo de droga (lícita ou ilícita) antes de ingressar na Unesp, ter algum parente que faça uso ou ter a aprovação de amigos ao consumir drogas. Outro dado interessante dessa pesquisa é que a maioria dos “bebedores” que participaram do estudo é do sexo masculino e têm idade entre 18 e 25 anos, isto quer dizer que se encontram no período mais produtivo de suas vidas (KERR-CORRÊA et al, 2001). Todavia, o consumo entre as mulheres tem aumentado gradativamente nos últimos anos, provavelmente devido ao direcionamento propagandista voltado para o público feminino. Atributos femininos como beleza e sensualidade são associados à imagem da bebida e, dessa forma, as mulheres foram seduzidas pelas campanhas publicitárias. Para os homens as propagandas apresentam o álcool como responsável pelo sucesso social, estando implícita a idéia de que terão sucesso com mulheres belíssimas e bebendo sempre estarão cercados de muitos amigos.

Sobretudo, de um modo geral, as propagandas comerciais de bebidas alcoólicas são voltadas para o público jovem, que é mais sensível às mensagens que geralmente associam o produto à identidade juvenil. As estratégias de marketing abrangem todos os segmentos da população jovem, os que estudam, os que trabalham e o público feminino. As campanhas publicitárias induzem ao consumo sempre atribuindo uma imagem positiva ao álcool, geralmente relacionando-o a questões sexuais, à beleza e ao prazer, enfatizando sempre que as pessoas são valorizadas pelas suas “qualidades” estéticas e sociais (VIVARTA, 2003).

Os temas das campanhas propagandistas de bebidas alcoólicas vão ao encontro das expectativas dos adolescentes e jovens. Atualmente existe um movimento voltado para o consumo responsável de álcool, com campanhas

direcionadas para o beber com moderação e há uma resolução, desde 2003, do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária – CONAR, restringindo as propagandas de bebidas alcoólicas, visando a exclusão de imagens voltadas para menores e vetando a utilização de pessoas com menos de 25 anos de idade nos comerciais, dentre outras restrições. No entanto, sabe-se da desproporção entre as belas imagens exibidas pelos veículos propagandistas e os anúncios governamentais, como a tarja simplista alertando para o beber moderadamente. Como lembra Pechansky

Para uma mente em desenvolvimento, tipicamente sugestionável e plástica como a de um adolescente, o paradoxo de posição da sociedade e a falta de firmeza no cumprimento de leis são um caldo de cultura ideal para a experimentação tanto de drogas como de álcool, contribuindo para a precocidade da exposição de jovens ao consumo abusivo (2004, p.14).

2.2 Contexto em que se dá o consumo de álcool

Estudos têm apontado que o beber entre os adolescentes e jovens tem características intrínsecas, quando praticam essa conduta, geralmente estão em grupo e em eventos sociais (BECK, THOMBS e SUMMONS,1993; GOMES e ARAÚJO, 1998; MARTINS, MANZATO e CRUZ, 2005; MINAYO e DESLANDES 1998). Pesquisa realizada com alunos do ensino fundamental e médio de 14 capitais brasileiras aponta que 30% dos alunos entre 10 e 12 anos de idade bebem regularmente e em festas. Esse percentual sobe para 66% quando se trata de bebedores com idades entre 13 e 15 anos e 70% para os de 16 a 18 anos. Esses números indicam um aumento no consumo de bebida concomitante à evolução da idade, ou seja, com o passar dos anos os

adolescentes e jovens aumentam o consumo de álcool (ABRAMOVAY e CASTRO, 2005).

O Brasil é um país onde o hábito de beber não é associado a alimento, como é tradição em países europeus. Em muitos desses países, o beber tem início dentro do seio familiar e como refeição. Por essa razão, os brasileiros não aprendem a beber moderadamente em seus lares com a família. A experimentação de bebidas alcoólicas, na maioria das vezes, acontece sob o olhar de familiares em festas comemorativas como as de fim de ano, casamentos e aniversários.

Segundo estudo norte americano, o aprendizado do uso de álcool geralmente acontece na adolescência, com grupos de amigos, em bares e festas, como um ritual de entrada para o mundo adulto (BECK, THOMBS e SUMMONS, 1993). Esse fato ressalta a significativa influência que o grupo exerce sobre o comportamento do adolescente. Como disse La Taille (2000), os julgamentos alheios exercem influência considerável na determinação das condutas, mesmo em indivíduos julgados autônomos. O sujeito procura, na construção da auto-imagem, associá-la a determinados valores estimados pelo grupo de pertencimento. Um exemplo disso é a valorização da tolerância ao álcool pelos grupos de "bebedores". Culturalmente tornou-se vantajoso, do ponto de vista dos adolescentes e jovens bebedores, ter alto nível de tolerância aos efeitos causados pelo uso de álcool. O sujeito que bebe pouco ou que não "agüenta" beber tanto quanto os demais é criticado pelo grupo ou até mesmo excluído. Aquele que bebe exageradamente e leva mais tempo para demonstrar os efeitos negativos da bebida (vômitos, desmaios, perda de memória), geralmente é visto pelo grupo como "o mais forte" da turma. Dessa

forma, torna-se vergonhoso para o jovem não beber ou ser “fraco” para a bebida.

Os norte-americanos Beck, Thombs e Summons (1993) realizaram pesquisa com o objetivo de identificar as razões e o contexto social de consumo de álcool por adolescentes e medir o índice de abuso de álcool entre os estudantes. Esse estudo identificou cinco fatores do contexto social de maior influência entre os participantes que fazem uso freqüente de álcool. Os fatores são: ambiente social facilitador onde adultos estão ausentes (festas, sair com grupo de amigos, finais de semana à noite); desafio às regras escolares (desafiar as regras escolares, beber na escola ou aos arredores); controlar o estresse (aliviar a fadiga ou tensão); para fazer parte do grupo (inserir-se no grupo, sentir-se mais adulto, porque é legal); e sob a supervisão dos pais (nos eventos familiares, em casa com os pais).

A partir desses estudos foi possível elaborar um questionário sobre o contexto social de uso de álcool para a amostra do presente estudo.

2.3 Julgamento sócio-moral

Embora existam pesquisas mostrando os padrões de uso de álcool e de outras drogas na população de uma forma geral (BAUS, KUPEK e PIRES 2002; CARLINI et al, 2002; COSTA, 2004; GALDURÓZ, NOTO e CARLINI, 1997; KERR-CORRÊA, 2002), sabe-se pouco a respeito de como os adolescentes conceituam as dimensões de valores do uso de drogas (KILLEN, LEVITON e CAHILL, 1991; NUCCI, GUERRA e LEE, 1991).

As teorias da moralidade humana de Piaget (1994) e Turiel (1983), detalhadas no capítulo anterior, alertam para a importância das relações que o

indivíduo estabelece no ambiente social. Segundo tais estudiosos, a consciência e as ações morais se constroem a partir das ações da pessoa sobre o meio e de suas interações com ele.

Especialmente Turiel (1983) considera que o indivíduo constrói formas diferentes de pensar em se tratando de julgamento moral e outros conceitos sociais. O indivíduo raciocina de forma diferenciada a respeito de temas morais e de temas ligados às convenções sociais. Por isso Turiel (1983) concluiu que o conhecimento social é organizado dentro de três domínios: pessoal, moral e convencional.

De acordo com essa teoria, a conduta do beber entre adolescentes e jovens é fruto das relações sociais do indivíduo. Essas relações exercem influências, criando expectativas sobre o beber, sobre as condutas sociais e, conseqüentemente, sobre a construção de seus julgamentos tanto morais quanto convencionais.

Tendo como fundamento teórico o modelo de domínios do desenvolvimento social, Nucci, Guerra e Lee (1991) examinaram a relação entre o uso de substâncias por adolescentes e os conceitos que esses adolescentes têm a respeito de tal conduta. Os resultados desse estudo, que examinou o julgamento social de estudantes concernentes ao uso de drogas, apontaram que tanto usuários que fazem uso pesado de drogas (usam 20 ou mais vezes no mês) como aqueles que fazem uso moderado (cinco ou menos vezes no mês), consideraram o uso de drogas mais como um problema de discricção pessoal ou de prudência do que um assunto moral ou de convenção social. Poucos sujeitos classificaram o uso de álcool ou de drogas ilegais como uma questão de convenção ou moralidade. A maioria dos sujeitos indicou que o uso de drogas é uma questão de prerrogativa pessoal ou de prudência. Os

usuários que fazem uso pesado de drogas tendem a reduzir o dano causado pelas drogas, também tratam o uso de drogas como uma questão puramente pessoal sem ramificações prudenciais. Já os usuários moderados classificaram o uso de drogas como errado, por causar dano para a própria pessoa. Os usuários que fazem uso pesado mais do que os não usuários ou que fazem uso moderado consideraram a própria pessoa como a única autoridade para legitimar o uso dessas substâncias. E menos da metade dos usuários vêem os adultos (pais) ou autoridades institucionais (leis) como tendo legitimidade nessa área. Adolescentes reconhecem os pais como autoridades para legitimar o uso de drogas.

Os assuntos de prudência são similares às questões de moralidade no que resultam em danos às pessoas. O que distingue uns dos outros é o fato de serem diferentes, por não envolverem o bem-estar de outros. O dano vinculado aos eventos de prudência, entretanto, proporciona uma não-arbitrariedade, base para escolhas de ação. Esses eventos não implicam em aquelas ações (ex. escolher corte de cabelo ou conteúdo do próprio diário) que constitui as áreas de não-prudência do domínio pessoal. Assim, embora ações de prudência, como outras ações do domínio pessoal, envolvem somente o eu, as características inerentes dos atos (males causados) podem formar a base de julgamentos de ações como inaceitável ou errado em vez de simplesmente como não-preferencial.

Seguindo também a linha de pesquisa sobre domínios sócio-morais, Killen, Leviton e Cahill (1991) realizaram estudo sobre como os adolescentes conceituam a questão do uso de drogas. Os resultados de seus estudos mostraram que os adolescentes avaliam o uso de drogas como assunto moral ou pessoal e raramente como questão sócio-convencional. Além disso, os

adolescentes: a) conceituaram o uso de drogas como sendo uma mistura de julgamentos moral, sócio-convencional e pessoal; b) classificaram de forma diferente as drogas ilegais pesadas das legais leves, e as categorizações relacionadas ao álcool e à maconha foram miscigenadas (moral e decisão pessoal); c) consideraram aspectos legais, conseqüências e familiaridade com relação ao uso de drogas.

As drogas pesadas (cocaína e crack) foram avaliadas mais como questão moral, enquanto que as drogas leves (maconha, cigarro e álcool) como assunto a ser tratado como decisão pessoal. Quanto aos aspectos legais e sociais, a maioria dos adolescentes acredita que pais e Governo são responsáveis por legislar o uso de drogas, e cerca da metade dos adolescentes consideram “errado usar drogas ilegais mesmo em países onde o uso é permitido”.

Tais estudos também alertam para a necessidade de realizarem-se mais pesquisas referentes ao julgamento sócio-moral de adolescentes. Por essa razão, a presente pesquisa busca conhecer o julgamento de estudantes do ensino médio público brasileiro, analisando quais as categorias de justificação que o adolescente usa para classificar seu julgamento sócio-moral, e quem ele considera legislador de condutas como, por exemplo, beber e dirigir.

A partir desses estudos, elaborou-se o instrumento para avaliar o julgamento sócio-moral dos participantes desta pesquisa (BERKOWITZ, GUERRA e NUCCI, 1991; KILLEN, LEVITON, e CAHILL, 1991; MARTINS, 1991, 1995, 1997; NUCCI, GUERRA e LEE, 1991), com ele foi possível compreender em quais domínios os adolescentes colocam condutas como o uso de substâncias.

3 MÉTODO

Para alcançar os objetivos propostos, a presente pesquisa foi realizada em duas etapas. Primeiramente foi feito levantamento inicial com todos os alunos que aceitaram participar do estudo, somando o total de 591 estudantes do ensino médio. Esse levantamento possibilitou identificar os participantes que consumiam bebidas alcoólicas em excesso e aqueles que faziam uso moderado ou eram abstêmios. A partir desses dois grandes grupos, realizou-se sorteio aleatório, formando um número menor de participantes para fazer-se a entrevista. Do grupo dos bebedores excessivos foram sorteados 28 participantes os quais constituíram o grupo positivo e entre os que não bebiam ou bebiam moderadamente, sortearam-se 26 para constituir o grupo dos negativos.

A forma como se buscaram os objetivos propostos é descrita detalhadamente a seguir. Inicialmente, será feita a apresentação da escola que abriu as portas para a pesquisa ser realizada. Dando seqüência, serão descritos os participantes do levantamento inicial para, em seguida, ser apresentado o delineamento do levantamento inicial e da entrevista, a descrição dos grupos participantes da entrevista, os instrumentos, os procedimentos de atuação, análises realizadas nos dados e as considerações éticas deste estudo.

3.1 Escola

Foi realizado contato pessoal com a direção da única escola pública que possui ensino médio de uma cidade com cerca de 18 mil habitantes localizada na região noroeste do estado de São Paulo, a 470 km da capital. A escolha da cidade deu-se pela facilidade de acesso e por representar a realidade das cidades de pequeno porte do interior paulista onde são escassas as opções de lazer para os adolescentes e jovens.

À direção da escola foram expostos os objetivos da pesquisa e solicitada a permissão para a realização da coleta de dados. Concedida a permissão, foi planejado com a direção os melhores dias e horários para o desenvolvimento da coleta de dados.

3.2 Delineamento da pesquisa

A pesquisa, como um todo, constou de duas etapas interdependentes: levantamento inicial (screening) e entrevista. A primeira voltou-se para a identificação dos alunos que estavam bebendo excessivamente e resultou na organização dos grupos para a segunda fase - a entrevista.

3.2.1 Levantamento inicial

Para alcançar o objetivo do levantamento, foi usado um questionário em que o participante se identificou, forneceu dados sócio-demográficos e respondeu a dois instrumentos que mediram o consumo de bebidas alcoólicas:

a) Quantidade e frequência (DIMEFF et al, 2002); b) Teste de Identificação de Desordens Devido ao Uso de Álcool - AUDIT (BABOR et al, 1992). Os participantes também responderam duas questões sobre o histórico familiar de uso abusivo de bebidas alcoólicas.

Os alunos que consumiam mais de cinco doses semanais de acordo com os resultados do Q_F e pontuaram um escore igual ou maior que oito pontos no AUDIT foram classificados como positivos. Os demais compuseram o grupo dos negativos.

3.2.2 Entrevista

O sorteio para a segunda etapa da pesquisa – entrevista – deu-se da seguinte forma: primeiramente todos os dados do levantamento inicial foram digitados numa planilha eletrônica e exportados para o programa estatístico SPSS 12.0 (SPSS, 2003). Esse programa possibilitou o sorteio aleatório de 54 sujeitos de ambos os grupos – negativo e positivo – de acordo com o resultado do AUDIT. Sendo que 28 compuseram o grupo 1 – positivo e 26 formaram o grupo 2 - negativo.

3.3 Participantes

3.3.1 Participantes do levantamento inicial

Participaram do levantamento inicial 591 estudantes das três séries do ensino médio público. Esse número representa 68% do total de alunos matriculados no ensino médio, da escola participante no ano em que foi

realizada a coleta de dados. Os estudantes estavam distribuídos pelas três séries do ensino médio da seguinte forma: 37,1% na primeira, 33,2% na segunda e 29,8% na terceira série. A amostra contou com a participação semelhante de ambos os gêneros, 47,4% de homens e 52,6% de mulheres, essa semelhança possibilitou investigar com maior precisão o consumo de álcool entre os sexos. Com relação à faixa etária, 86% deles eram adolescentes, de 14 a 17 anos de idade ($M = 16$; $DP = 0,86$) e 14% possuíam idade entre 18 e 37 anos ($M = 19,3$; $DP = 3,3$).

Estavam distribuídos sócio-economicamente, de acordo com o critério ABA/ABIPEME (ALMEIDA e WICKERHAUSER, 1991), em 61,3% pertencentes as classes D e E, 32,8% a classe C e 6% as classes A e B. Em relação aos turnos que os participantes freqüentavam as aulas, 54% deles estavam no período diurno e 46% no noturno. A religião predominante entre os alunos foi a católica, com 65,5% dos respondentes, seguida das evangélicas com 13,4% e espírita 3,0%. Destes alunos, 18,1% deixaram em branco a pergunta sobre religião ou declararam não tê-la. Quanto ao consumo de bebidas alcoólicas o Teste de Identificação de Desordens Devido ao Uso de Álcool - AUDIT (BABOR et al, 1992) indicou que 22,3% dos estudantes somaram oito ou mais pontos, em outras palavras, aproximadamente um quarto dos participantes atingiu níveis elevados de consumo, conduta essa mais freqüente entre os rapazes, com 31,4% deles pontuando oito ou mais no teste, ou seja, bebiam excessivamente, enquanto que esse número era de 14,1% entre as moças. O indicador sobre membro familiar que bebia apontou que 22,7% dos estudantes responderam possuir algum membro da família que bebia a ponto de causar problemas, desse total 7,7% indicou o pai e 13,3% outro membro da família.

3.3.2 Participantes da entrevista

Do grupo de 132 positivos do levantamento inicial, foram sorteados aleatoriamente 28 participantes e, entre os negativos, sortearam-se 26 estudantes. Assim, realizou-se a entrevista com um total de 54 estudantes, sendo 26 AUDIT negativos e 28 positivos. A entrevista proporcionou o conhecimento das características dos dois grupos – positivo e negativo. Os estudantes sorteados para participar da entrevista estavam matriculados na primeira (18,5%), segunda (38,9%) e terceira (42,6%) séries do ensino médio, os participantes foram representados por 61,1% de rapazes e 38,9% de moças. Com relação ao período em que estudavam 33,3% são do período diurno (matutino e vespertino) e 66,7% do noturno. Os componentes de ambos os grupos encontravam-se nas faixas etárias entre 15 e 19 anos, sendo que 74% eram adolescentes (tem entre 15 e 17 anos).

Nesta etapa dois grupos foram formados em função da pontuação atingida no teste AUDIT aplicado no levantamento inicial:

- a) Grupo 1: com 28 (51,9%) participantes positivos (apresentavam um beber excessivo). Esse grupo foi constituído por 78,6% de participantes do sexo masculino; 75% freqüentava o período noturno; 14,3%, 39,3%, 46,4% estudavam na primeira, segunda e terceira série do ensino médio respectivamente; a maioria 68% dos componentes do grupo foi de adolescentes, com 16 e 17 anos.

- b) Grupo 2: com 26 (48,1%) estudantes negativos (abstêmios ou que bebiam moderadamente). Esse grupo apresentou-se com 42,3% de participantes do sexo masculino; 57,7% freqüentadores do período noturno; 23,1%, 38,5% e 38,5% estavam na primeira, segunda e terceira séries do ensino médio respectivamente; 81% deles eram adolescentes, com idade entre 15 e 17 anos.

Todos os alunos convidados a participar dessa etapa aceitaram. Essa fase da pesquisa constituiu na aplicação de uma entrevista composta por quatro instrumentos.

3.4 Instrumentos

Os instrumentos foram selecionados ou criados de acordo com cada etapa da pesquisa e desta forma são apresentados.

3.4.1 Instrumentos do levantamento inicial (Screening)

Essa primeira etapa consistiu numa avaliação composta de seis partes, formando um único instrumento, conforme descrição a seguir (Apêndice A):

- a) Variáveis sócio-demográficas: nome, telefone, endereço, escola, turma, série, idade e sexo;
- b) Avaliação do nível sócio-econômico via critério Brasil (ALMEIDA e WICKERHAUSER, 1991);
- c) Religião;

- d) Avaliação da quantidade e freqüência de consumo de álcool – Q_F (DIMEFF et al., 2002): verificou a ocasião em que o indivíduo bebeu mais no último mês, a freqüência com que bebeu, a quantidade bebida num final de semana e o número de vezes que bebeu cinco ou mais doses em uma única ocasião;
- e) Identificação dos bebedores excessivos com o instrumento Teste de Identificação de Desordens Devido ao Uso de Álcool - AUDIT (BABOR et al, 1992);
- f) Duas questões para avaliar o histórico familiar sobre uso abusivo de bebidas alcoólicas.

Foi necessário que os participantes informassem variáveis sócio-demográficas para ser possível a realização da segunda etapa – por meio do endereço ou telefone, foram convidados a participar da entrevista aqueles que saíram ou mudaram de escola.

A avaliação do nível sócio-econômico verificou se havia ou não diferença de consumo de álcool entre as diferentes realidades sociais. E o item religião serviu como variável para análises posteriores.

O primeiro instrumento relacionado ao hábito de beber – Quantidade e freqüência do beber – foi desenvolvido para detectar condutas relacionadas ao beber excessivo no último mês. Ele foi composto por quatro questões, sendo que as duas primeiras questionaram a quantidade e a freqüência respectivamente, a terceira, a média de consumo de bebida alcoólica no mês e a quinta e última questão avaliou se o indivíduo consumiu cinco ou mais doses em uma única ocasião, ou seja, se fez ou não *binge drinking*, que pode ser traduzido por “beber se embriagando”.

O segundo, o AUDIT foi escolhido para compor o levantamento inicial pela necessidade de ter-se um instrumento com sensibilidade alta para alcançar o máximo de sujeitos passíveis de participar da entrevista referente a segunda etapa da pesquisa, além disso, ser de preenchimento rápido e já ter sido utilizado com população de adolescentes e jovens. Esse instrumento foi desenvolvido por um grupo de pesquisadores, sob os auspícios da Organização Mundial da Saúde – OMS (BABOR et al., 1992) e adaptado para o Brasil por Méndez (1999). O teste foi composto por dez questões, nas quais as três primeiras avaliaram quantidade, frequência e “beber se embriagando”, as três seguintes se referiram a sintomas de dependência e as quatro últimas foram questões que avaliaram o risco de conseqüências danosas ao usuário. A pontuação neste instrumento varia de zero a 40 pontos. Os respondentes que pontuaram até sete foram considerados “negativos”, quer dizer que não bebiam ou bebiam moderadamente e aqueles que pontuaram oito ou mais foram classificados de “positivos”, ou seja, estavam fazendo uso de risco ou excessivo de álcool.

O AUDIT tem sido usado em ambientes médicos (BOHN, BABOR e KRANZLER, 1995; FIGLIE et al., 1997; MÉNDEZ, 1999; SKIPSEY, BURLESON e KRANZLER, 1997; TURISCO et al., 2000), entre universitários (AERTGEERTS et al., 2000; FLEMING, BARRY e MACDONALD, 1991; GRANVILLE-CHAPMAN, YU e WHITE, 2001; KERR-CORREA et al., 2002; KYPRI et al., 2002; O'HARE e SHERRER, 1999; ROCHE e WATT, 1999), na população em geral (MENDOZA-SASSI e BÉRIA, 2003) e particularmente entre estudantes de ensino médio (MARTINS, 2006). Miles, Winstock e Strang (2001) utilizaram uma versão reduzida, com somente cinco itens e obtiveram ótimo resultado. Por sua vez, Knight et al., (2003) compararam os principais instrumentos (AUDIT, POSIT,

CAGE, CRAFT) de levantamento inicial com um grupo de adolescentes norte-americanos e os resultados apontaram o AUDIT, o POSIT e o CRAFT como adequados para uso com adolescentes e jovens adultos.

Babor et al. (1992) relataram a sensibilidade de 91% a 100% entre pessoas que consumiram álcool de forma problemática no último ano, tendo como nota de corte oito. E Méndez (1999), na validação brasileira, relatou sensibilidade de 91,8%, com esse mesmo ponto de corte. Desta forma, para este estudo o ponto de corte no AUDIT é de oito pontos.

E para complementar o instrumento duas questões foram elaboradas e acrescentadas com a finalidade de buscar conhecer o histórico familiar de uso de bebidas alcoólicas.

3.4.2 Instrumentos da entrevista

A entrevista foi composta por um conjunto de avaliações formando um único instrumento, descrito a seguir (Apêndice B):

- a) Variáveis sócio-demográficas: nome, escola, endereço, telefone, turma, série, idade e sexo;
- b) Avaliação da quantidade e freqüência de consumo de álcool – Q_F (DIMEFF et al., 2002): verificou a ocasião em que o indivíduo bebeu mais no último mês, a freqüência com que bebeu, a quantidade bebida num final de semana e o número de vezes que bebeu cinco ou mais doses em uma única ocasião;
- c) Avaliação de julgamento sócio-moral: composto de três questionários, focando o uso das quatro substâncias psicoativas mais usadas entre os adolescentes (álcool, tabaco, maconha e solvente),

duas condutas classificadas como morais (agredir e furtar), uma convencional (pedir licença para entrar em um ambiente), uma pessoal (arrumação do próprio quarto) e uma de prudência (uso de capacete ao trafegar numa motocicleta). O primeiro questionário avaliou o grau de não aceitação social; o segundo, que categorias de justificação foram usadas e o último a jurisdição de autoridade para as condutas selecionadas (MARTINS, 2006);

- d) Quinze questões elaboradas a fim de conhecer o contexto em que os sujeitos iniciaram o consumo e como faziam uso de álcool na época em que foi realizada a entrevista.

A escolha dos instrumentos para essa fase foi feita tendo-se como objetivos construir um perfil dos jovens estudados no tocante ao uso de bebidas alcoólicas, conhecer o contexto referente ao uso de bebidas e como esses adolescentes e jovens julgavam eventos sócio-morais. Nessa perspectiva utilizou-se o Q_F (DIMEFF et al., 2002) como instrumento para avaliar o consumo de álcool. Esse instrumento vem sendo utilizado em pesquisas sobre consumo de bebidas alcoólicas entre adultos e adolescentes.

Os questionários sobre a avaliação do julgamento moral foram criados a partir de estudo de Martins (1991, 1995, 1997, 2006), Killen, Leviton e Cahill (1991), Nucci, Guerra e Lee (1991) e de Berkowitz, Guerra e Nucci (1991).

O primeiro questionário avaliou a gravidade de 14 eventos, em uma escala de cinco pontos, que varia de "1" para muito errado, até "5" para muito correto. Essas questões referem-se ao uso moderado (cinco ou menos vezes no mês), pesado (uso da droga 20 ou mais vezes no mês) e associado a uma conduta de risco (beber e dirigir), de drogas legais e ilegais, assim como as

condutas de agredir, furtar, entrar sem pedir licença em ambiente social e deixar o quarto desarrumado.

O segundo questionário investigou a escolha de justificativa para dez eventos, distribuídos da seguinte forma: a) duas questões sobre uso de drogas legais (tabaco e álcool); b) duas questões sobre condutas de risco (dirigir após a ingestão de bebida alcoólica e uso de capacete ao trafegar de motocicleta); c) duas sobre uso de drogas ilegais (maconha e lança-perfume); d) duas sobre eventos morais (agredir e furtar); e) uma sobre evento sócio-convencional (entrar em um ambiente social sem pedir licença); f) uma sobre evento pessoal (arrumação do quarto). Frente ao pedido: "Imagine que não houvesse regra, lei ou objeção social sobre (um dos dez eventos). Eu acredito que poderia ser", o participante escolhe uma entre cinco opções: a) errado, porque pode causar danos a outras pessoas; b) errado porque causa dano a própria pessoa; c) certo, mas pode causar dano a própria pessoa; d) certo, porque não há regras; e) muito certo, independente de existir uma regra ou não.

O último questionário avaliou a jurisdição de autoridade, isto é, quem os adolescentes consideravam autoridade para controle das mesmas dez condutas do instrumento sobre justificativas. O adolescente devia escolher entre as seguintes opções: a) a própria pessoa; b) os amigos; c) os pais; d) autoridades religiosas; e) Governo, via leis.

E, finalizando a entrevista, foram elaboradas quinze questões a fim de investigar o contexto social em que os adolescentes iniciaram o consumo e se consumiam álcool na época em que foi realizada a entrevista. As quatro primeiras questões se referiram a primeira experimentação de bebida alcoólica (idade, bebida, companhia e local da primeira experimentação). As quatro

questões seguintes foram sobre o consumo atual (tipo de bebida, local, companhia e se bebia quando estava só). As três seguintes sobre o dia em que mais bebeu (quando, onde e com quem). E as quatro últimas são referentes a última vez em que bebeu (quando, onde, com quem estava e o motivo de ter ingerido álcool nessa ocasião).

3.5 Procedimentos

Os procedimentos foram desenvolvidos de acordo com cada fase da pesquisa e assim são descritos.

3.5.1 Procedimento do levantamento inicial (Screening)

Concedida a permissão da direção da escola, deu-se início à coleta das informações. O procedimento inicial consistiu no convite aos alunos para participar da pesquisa. A pesquisadora entrou nas salas de aula, apresentando-se para os alunos e professor, durante o horário de aulas, explicou a pesquisa, convidou-os a participar e em seguida entregou o termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE (Apêndice C e D) de acordo com a idade de cada aluno. Aos menores de 18 anos foi orientado que pedissem autorização aos pais ou responsáveis; caso estes concordassem com a participação de seus filhos no estudo, deveriam assinar o TCLE (Apêndice C). Para os alunos com 18 anos de idade ou mais e aos que eram emancipados foi pedido que eles mesmos assinassem o TCLE (Apêndice D), caso concordassem em participar. Uma semana depois a pesquisadora voltou às escolas para

recolhimento dos TCLE que já estavam com a coordenadora pedagógica da escola, a quem os alunos foram orientados a entregar os termos. Com os TCLE em mãos deu-se início ao levantamento inicial. A aplicação do questionário foi feita de forma coletiva nas próprias salas de aula. Todos os alunos presentes aceitaram responder ao instrumento.

O levantamento inicial investigou o nível sócio-econômico, a religião e a existência de algum familiar que bebesse a ponto de causar problemas. E fazendo uso do Q_F e AUDIT - Alcohol Use Disorders Identification, usando a nota de corte maior ou igual a oito, identificou que 22,3% dos alunos estavam bebendo em excesso. Esse resultado permitiu a formação de dois grupos (negativos e positivos).

3.5.2 Procedimento da entrevista

O primeiro passo para essa fase foi pedir à direção da escola que reservasse uma sala para a realização das entrevistas. Em função da pouca disponibilidade de salas, a direção alocou a biblioteca, o que demandou grande deslocamento dos alunos que eram chamados pela pesquisadora de suas salas de aula para acompanhá-la até o local da entrevista. O espaço usado permitiu privacidade para o trabalho, pois foi pedido à direção e aos funcionários (inspetores, serventes e bibliotecária) que não entrassem na sala enquanto estivesse sendo usada para a entrevista.

Os estudantes foram convidados a participar dessa etapa da pesquisa de maneira similar a primeira etapa: a pesquisadora entrou em sala de aula, apresentou-se, lembrou os alunos do questionário que tinham respondido anteriormente e explicou que alguns alunos tinham sido sorteados para a

segunda fase do estudo, que constava de uma entrevista a ser realizada em outra sala. Após essa explicação cada aluno acompanhou a pesquisadora até a sala destinada à entrevista. Sempre que possível intercalaram-se um sujeito positivo e um negativo. Esse último detalhe foi adotado para que não estigmatizasse nenhum aluno, pois, embora os alunos bebedores excessivos se vangloriem dessa conduta, não gostavam, de serem identificados por esse comportamento, assim como qualquer outra pessoa nessa situação.

Uma vez em sala, a entrevistadora, explicou ao aluno que ele responderia a um questionário um pouco maior que o anterior, juntamente com ela. As questões foram lidas para o participante e suas respostas anotadas. Muitos alunos apresentaram um pouco de dificuldade ao responder algumas questões sobre seus hábitos de beber e nos questionários sobre julgamento sócio-moral. Esse último fato criou a necessidade de se fazerem entrevistas individuais, com acompanhamento.

A entrevista constou de avaliação do uso de bebidas alcoólicas com o Q_F (DIMEFF et al., 2002), julgamento sócio-moral (MARTINS, 2006) e contexto de uso de álcool. Cada entrevista levou em média 20 minutos para ser concluída.

3.6 Análise de dados

Os dados foram coletados de forma coletiva, em sala de aula no levantamento inicial e individualmente na entrevista juntamente com a pesquisadora. Todos os dados foram digitados em uma planilha eletrônica e posteriormente exportados para um programa de análises estatísticas (SPSS,

2003). Nesse programa, foram computadas, em um primeiro momento, as frequências de cada questão e inspecionada para a presença de valores não esperados, para posteriormente serem feitas análises mais detalhadas.

Os dados dicotômicos, em princípio, foram analisados via cruzamentos e uso do teste de Qui-Quadrado e os dados contínuos, preferencialmente, com análise de variância. As escalas dos instrumentos foram, também, avaliadas quanto a fidedignidade, com o Alpha de Cronbach.

3.7 Considerações éticas

Antes de coletar os dados para a realização desta pesquisa, o projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - UNESP – Campus de Marília que emitiu parecer favorável em 23 de novembro de 2004 para a realização do estudo (Anexo A). Os participantes foram informados antecipadamente que poderiam desistir de participar do estudo em qualquer momento, pois a participação é de livre consentimento do indivíduo. Se houvesse qualquer manifestação de sofrimento por parte do sujeito, em função da metodologia utilizada, a pesquisa seria suspensa e o método reelaborado, mas isso não aconteceu e o método mostrou-se bastante adequado para a população estudada.

Em relação aos pais ou responsáveis pelos sujeitos, ficou determinada e clara a impossibilidade de solicitarem resultados individuais, de seus filhos, tendo em vista que os resultados de cada sujeito era sigiloso e fazia parte do *rapport* estabelecido com cada sujeito, pois foi esclarecido que seus dados não

seriam divulgados a terceiros. Apenas os próprios sujeitos se desejassem conhecer seus resultados, receberiam as informações.

4 RESULTADOS

Os resultados serão apresentados de acordo com cada instrumento utilizado e correspondendo a cada fase de investigação. Primeiramente, serão apresentados os resultados do levantamento inicial. Essa primeira etapa da pesquisa contou com a participação de 591 estudantes, que responderam aos instrumentos de investigação, quanto às características sócio-demográficas e ao padrão de beber. E, posteriormente, serão descritos os resultados da segunda etapa da pesquisa – a entrevista. Essa foi realizada com 54 participantes, que foram investigados quanto à conduta de beber (padrão e contexto de uso) e julgamento sócio-moral.

4.1 Resultados do levantamento inicial

Com a utilização do questionário aplicado no levantamento inicial, foi possível traçar o perfil sócio-demográfico dos participantes e avaliar o padrão de uso de bebidas alcoólicas. Essa avaliação foi possível com o uso dos testes AUDIT (BABOR et al., 1992) e Q_F (DIMEFF et al., 2002). Os resultados apresentados são referentes à análise de cada instrumento utilizado. Primeiramente têm-se os resultados do AUDIT e em seguida os resultados obtidos com o Q_F, ambos os testes caracterizam os participantes segundo sexo, faixa etária, série escolar, período que frequenta as aulas, nível socioeconômico e religião.

4.1.1 Identificação dos grupos positivo e negativo pelo AUDIT

Nesta pesquisa, como já foi dito na descrição dos participantes (item 3.2), o teste AUDIT identificou 22,3%, ou seja, 132 alunos que pontuaram oito ou mais no teste. Esses participantes passaram a ser considerados pertencentes ao grupo dos positivos e os demais ao grupo dos negativos. A partir da constituição desses dois grupos, realizaram-se cruzamentos entre eles por sexo (feminino e masculino), faixa etária (adolescente e adulto), série escolar (1ª, 2ª, e 3ª), período de aula (diurno e noturno), nível socioeconômico (A+B, C, D+E) e religião (católica, evangélica, espírita, outras ou nenhuma). Também cruzaram-se os grupos por participantes que possuíam algum membro familiar que bebia a ponto de causar problemas e quem era esse familiar (pai, irmão ou outro). Tais cruzamentos foram feitos para melhor conhecimento das características de cada grupo.

O resultado do cruzamento de grupo (positivo e negativo) por sexo (masculino e feminino) mostra que 66,7% dos positivos são rapazes (tabela 1). O teste do Qui-quadrado evidencia que a diferença entre rapazes e moças é significativa ($\chi^2 = 25,365$, $p < 0,001$).

Tabela 1 – Frequência e porcentagem do resultado do AUDIT por grupo e sexo

	Positivos		Negativos		Total	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Feminino	44	33,3	267	58,2	311	52,6
Masculino	88	66,7	192	41,8	280	47,4
Total	132	100,0	459	100,0	591	100,00

Em estudos realizados sobre o padrão de beber, o sexo masculino tem sido considerado um fator de risco. Em relação ao consumo excessivo de

álcool (CARLINI et al., 2002; COSTA et al., 2004; GAZAL-CARVALHO et al., 2002; KERR-CORRÊA, SIMÃO e MARTINS, no prelo; MINAYO e DESLANDES, 1998; MUZA et al., 1997a; PECHANSKY, SZOBOT e SCIVOLETTO, 2004; TAVARES, BÉRIA e LIMA, 2001). Segundo o primeiro levantamento domiciliar, realizado nas 107 maiores cidades do país, o sexo masculino bebe mais regularmente do que o feminino, cerca de cinco vezes mais nas faixas etárias a partir dos 25 anos de idade (CARLINI et al., 2002). Todavia, o consumo de bebidas alcoólicas entre as mulheres é preocupante. Ao ingerir álcool a mulher sofre reações diferentes das que o homem sente. Isso acontece em função de alguns fatores biológicos que tornam a mulher mais vulnerável aos efeitos provocados pelo consumo de álcool. Alguns desses fatores são: a diferença de volume de água e de gordura corporal, além disso, ter menor quantidade de enzimas que metabolizam o álcool, e ainda os efeitos do ciclo hormonal sobre o sistema gástrico. Por essas razões biológicas, a mulher precisa ingerir somente a metade de doses que o homem ingere para atingir o mesmo nível de intoxicação (SIMÃO et al., 2002).

É preciso considerar que as mulheres estão sujeitas a outros fatores além dos biológicos, os psicossociais, como os que convivem com parceiros com transtorno de abuso de substâncias e/ou presença de patologia psiquiátrica (depressão, transtornos de alimentação), isso sem contar que elas estão muito mais expostas a acontecimentos vitais estressantes do que os homens (abusos, maus tratos durante a infância) e a disfunções sexuais. Tudo isso pode derivar para o uso e a dependência de álcool entre essas mulheres (RUBIO VALLADOLID e BLANCO, 2000).

A vulnerabilidade biológica da mulher com relação ao álcool se agrava ainda mais quando ela é adolescente. A adolescente que faz uso excessivo de

álcool está mais propensa a ter relações sexuais sem proteção, ou seja, tem maior probabilidade de engravidar ou adquirir doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), ou até mesmo sofrer abuso ou violência sexual.

Os resultados da presente pesquisa preocupam, já que a população estudada é de adolescentes escolares, ou seja, uma população de pouca idade e que está inserida numa instituição educacional, ou seja, recebe ou pelo menos deveria receber informações relevantes sobre saúde.

O AUDIT indicou que 80% dos participantes positivos eram adolescentes, com idades entre 14 e 17 anos e os demais, entre 18 e 37 anos (Tabela 2). Proporcionalmente existem mais adultos bebendo em excesso do que adolescentes ($\chi^2 = 4,964$, $p < 0,026$). Isto indicou que o consumo excessivo aumenta com o passar do tempo. Outros estudos também encontraram números semelhantes, em que a prevalência do uso de álcool cresce linearmente com a idade (GUIMARÃES et al., 2004; MUZA et al., 1997a; TAVARES, BÉRIA e LIMA, 2001).

Tabela 2 – Frequência e porcentagem do resultado do AUDIT por grupo e faixa etária

	Positivos		Negativos		Total	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Adolescente	104	80,0	399	87,7	503	86,0
Adulto	26	20,0	56	12,3	82	14,0
Total	130	100,0	455	100,0	585	100,0

Cruzando os grupos (positivo e negativo) com as séries escolares dos participantes têm-se 32,6% dos positivos freqüentando a primeira série, 37,9% são da segunda e 29,5% freqüentam a terceira série do ensino médio (Tabela 3).

Tabela 3 – Freqüência e porcentagem do resultado do AUDIT por grupo e série

	Positivos		Negativos		Total	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Primeira	43	32,6	176	38,3	219	37,1
Segunda	50	37,9	146	31,8	196	33,2
Terceira	39	29,5	137	29,8	176	29,8
Total	132	100,0	459	100,0	591	100,0

Nota-se que o consumo entre os alunos das três séries é semelhante não havendo diferença significativa ($\chi^2 = 2,063$, $p < 0,356$). Isto quer dizer que o número de adolescentes da 1ª série que faz uso de bebida alcoólica é equivalente ao número de alunos da 2ª e 3ª séries. Em outras palavras, o adolescente de 13 anos (idade comum dos alunos da 1ª série) consome bebidas alcoólicas em quantidade e freqüência muito semelhantes ao adolescente de 17 anos (idade da maioria dos alunos da 3ª série). Coloca-se como hipótese para tal dado que o início do uso de álcool acontece ainda no ensino fundamental (BAUS, KUPEK e PIRES, 2002; GUIMARÃES et al., 2004; MUZA et al., 1997a; TAVARES, BÉRIA e LIMA, 2001).

Quanto ao período de aula, os resultados apontam que os alunos que freqüentam o período noturno bebem significativamente mais do que os alunos que freqüentam o período diurno ($\chi^2 = 16,099$, $p < 0,001$), 61,4% dos positivos são alunos do noturno (Tabela 4).

Tabela 4 – Freqüência e porcentagem do resultado do AUDIT por grupo e período

	Positivos		Negativos		Total	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Diurno	51	38,6	268	58,4	319	54,0
Noturno	81	61,4	191	41,6	272	46,0
Total	132	100,0	459	100,0	591	100,0

Estudos realizados com estudantes dos ensinos fundamental e médio (SOLDERA et al., 2004; TAVARES, BÉRIA e LIMA, 2001) também encontraram entre os alunos que freqüentam o período noturno a conduta de consumir álcool em excesso. Esse dado indica que a responsabilidade do trabalho não é um fator protetor, já que é característica dos alunos que estudam no período noturno trabalhar durante o dia, pelo contrário, esse dado tem sido constatado em outras pesquisas como fator favorável ao uso de álcool. Soldera et al., (2004), colocaram como hipótese a associação entre o uso pesado de álcool por estudantes e o trabalho, o estresse por assumir precocemente funções adultas, disponibilidade financeira e padrões sociais associados ao “mundo do trabalho” como beber depois do expediente. Lembrando que segundo definição da organização Mundial de Saúde (OMS), uso pesado é o consumo de vinte ou mais vezes da droga nos últimos trinta dias.

Também se coloca como hipótese o fato de esses alunos terem seu próprio dinheiro e não terem a responsabilidade de manter financeiramente as contas domésticas, sua remuneração é voltada somente para lazer e diversão (bailes, bares, churrascos, enfim, festas regadas a bebidas alcoólicas).

Com relação ao nível socioeconômico dos participantes positivos, a maioria deles, isto é, 55,3% se concentra nos níveis D e E, seguido do C com 36,4% e apenas 8,3% deles pertencem aos níveis A e B (Tabela 5). Esse cruzamento indica que não há diferença significativa referente ao padrão de beber e os diferentes níveis socioeconômicos ($\chi^2 = 3,299$, $p < 0,192$).

Tabela 5 – Frequência e porcentagem do resultado do AUDIT por grupo e nível socioeconômico

	Positivos		Negativos		Total	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
A+B	11	8,3	24	5,2	35	5,9
C	48	36,4	146	31,8	194	32,8
D+E	73	55,3	289	63,0	362	61,3
Total	132	100,0	459	100,0	591	100,0

Resultados de uma pesquisa realizada em Ribeirão Preto, estado de São Paulo, com estudantes do último ano do ensino fundamental e dos três anos do ensino médio também não encontraram diferenças na distribuição do consumo de álcool e tabaco pelas classes sociais, embora se observou uma tendência e maior prevalência nos extremos da escala social (MUZA et al.,1997b). Isso quer dizer que o consumo de álcool acontece de maneira semelhante em todos os níveis sociais. Muitas vezes, o que é distinto entre pessoas de níveis diferentes é o tipo de bebida, que pode ser desde uma cachaça até um uísque importado. Entre a população em estudo – adolescente – o tipo de bebida mais comum é a cerveja como apontam os resultados da entrevista (itens 4.2.2.1 e 4.2.2.2). Em um estudo realizado em Florianópolis, estado de Santa Catarina, com estudantes do ensino fundamental e médio, o uso de álcool mostrou-se fator de risco maior entre alunos pertencentes às classes socioeconômicas mais altas. Os autores atribuíram esse fato à profusão de “festas da cerveja” típicas da região, para explicar esses dados (BAUS, KUPEK e LIMA, 2002).

Investigou-se a religião que os estudantes consideravam-se pertencentes e os dados mostram que 67,4% dos positivos se declararam católicos; 4,5%, evangélicos; 3,8%, espíritas e 24,2% não responderam ao item religião ou disseram não pertencer a nenhuma religião (Tabela 6). Cabe

dizer que, não se investigou se os participantes da pesquisa são praticantes ou freqüentadores de suas religiões.

Tabela 6 – Freqüência e porcentagem do resultado do AUDIT por grupo e religião

	Positivos		Negativos		Total	
	f	%	f	%	f	%
Católica	89	67,4	298	64,9	387	65,5
Evangélica	6	4,5	73	15,9	79	13,4
Espírita	5	3,8	13	2,8	18	3,00
Não tem/Em branco	32	24,2	75	16,3	107	18,1
Total	132	100,0	459	100,0	591	100,0

É predominante o número de participantes que se consideram católicos em ambos os grupos (positivo e negativo). Os cruzamentos indicam diferença significativa entre os que possuíam religião evangélica e os demais, quanto ao uso de álcool ($\chi^2 = 13,836$, $p < 0,003$). Os resultados indicam que pertencer a uma religião evangélica serve como fator de proteção para o uso de bebidas alcoólicas. Os dados propostos por Patock-Peckham et al. (1998), apontaram que, apesar de adolescentes religiosos serem menos propensos ao consumo de álcool, aqueles que praticam religiões protestantes, fazem uso ainda menor, quando comparado a outras religiões. O *V levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio nas 27 capitais brasileiras*, verificou que os estudantes que seguiam alguma religião, apresentaram menor uso pesado de álcool do que os que não seguiam (GAULDURÓZ et al., 2004). Outros estudos colocaram a religião como fator de proteção para uso excessivo de álcool (DALGALARRONDO et al., 2004; KERR-CORRÊA et al., 2002; SOLDERA et al., 2004).

Outro fator de risco para o consumo excessivo de álcool entre os estudantes é ter um membro da família que bebe excessivamente. Entre os alunos do grupo positivo 28,8% possuíam algum familiar que bebeu a ponto de causar problema no último ano, entre os negativos esse número é de 20,9% (Tabela 7).

Tabela 7 – Frequência e porcentagem do resultado do AUDIT por grupo e se possui familiar que bebeu

	Positivos		Negativos		Total	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Não	94	71,2	363	79,1	457	77,3
Sim	38	28,8	96	20,9	134	22,7
Total	132	100,0	459	100,0	591	100

O resultado do cruzamento já era esperado ($\chi^2 = 3,189$, $p < 0,057$) e foi praticamente significativo, pois o adolescente que vem de uma família que consome álcool, tende a ter um consumo igualmente elevado e não importa quem seja o membro da família. Em estudo realizado com colegiais e universitários, também encontrou-se resultado semelhante ao da presente pesquisa, em que o uso de drogas por pessoas da família funciona como um dos fatores de risco para uso excessivo de álcool (KERR-CORRÊA et al., 2002).

4.1.2 Quantidade e frequência do beber no grupo geral

O instrumento que avalia a quantidade e a frequência de consumo de álcool (DIMEFF et al., 2002) é composto por quatro questões que investigam o hábito de beber num período de 30 dias antecedentes a aplicação do instrumento: quantidade, frequência, média de doses consumidas e se fez ou

não *binge*. Esse termo refere-se ao padrão de beber cinco ou mais doses por ocasião.

Foi perguntado aos participantes sobre a quantidade de doses de bebidas alcoólicas que fizeram uso no último mês. Do total de respondentes, 61,3% não bebeu, enquanto que 30,8% consumiu de uma a quatro doses e 8,0% consumiu cinco ou mais doses.

Quanto à frequência de consumo daqueles que beberam, 27,1% deles beberam de uma a três vezes no mês, enquanto que 8,0% consumiram mais de uma vez por semana e 21,2% dos participantes fizeram *binge*, ou seja, “beberam se embriagando”. (Tabela 8).

4.1.2.1 Quantidade e frequência do beber nos grupos positivo e negativo

Cruzando os dados dos grupos (positivo e negativo) com as categorias da avaliação Q_F, tem-se que apenas 13,6% dos participantes do grupo positivo não bebeu no mês precedente ao levantamento inicial, enquanto que 61,4% consumiu de uma a quatro doses e 25% consumiu cinco ou mais doses ($\chi^2 = 176,592$, $p < 0,0001$). E quanto à frequência de consumo, 43,9% dos positivos beberam de uma a três vezes no mês e 42,4% uma ou mais vezes por semana ($\chi^2 = 218,413$, $p < 0,001$).

Entre os positivos, 58,3% fizeram *binge*, ou seja, beberam cinco ou mais doses em uma única ocasião ($\chi^2 = 140,900$, $p < 0,0001$). Por esse fato pode-se dizer que os participantes positivos quando bebem, a quantidade de doses consumidas é bastante elevada (Tabela 8).

Tabela 8 – Frequência e porcentagem do nº de doses do Q_F por grupo do levantamento inicial

	Positivos (N=132)		Negativos (N=459)		Total (N=591)	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Nº de doses						
0 doses	18	13,6	344	74,9	362	61,3
1 a 4 doses	81	61,4	101	22,0	182	30,8
5 ou + doses	33	25,0	14	3,1	47	8,0
Frequência						
Não bebeu	18	13,6	344	74,9	362	61,3
1 a 3 x mês	58	43,9	102	22,2	160	27,1
1 ou + semana	56	42,4	13	2,8	69	8,0
<i>Binge</i>	77	58,3	48	10,5	125	21,2

4.2 Resultados da entrevista

Cada participante respondeu individualmente a três instrumentos a fim de atingir os objetivos propostos pelo estudo. O instrumento Q_F que também foi utilizado no levantamento inicial, foi novamente aplicado a fim de certificar se a amostra da entrevista representa fielmente a amostra geral.

Inicialmente são apresentados os resultados do instrumento Q_F, em seguida os resultados da investigação sobre o contexto em que é feito o uso de álcool entre os adolescentes e por último os resultados da avaliação sobre julgamento sócio-moral.

4.2.1 Quantidade e frequência de uso

O resultado do Q_F entre o grupo total de participantes da entrevista (54 alunos) aponta que 46,3% dos participantes responderam que não

consumiram bebida alcoólica nos últimos 30 dias antecedentes à entrevista. Quanto à quantidade de doses consumidas por aqueles que beberam, 33,3% responderam ter ingerido de uma a quatro doses no mês e 20,4%, cinco ou mais doses. Em relação à frequência de consumo, 27,8% fizeram uso de álcool entre uma e três vezes no mês e 25,9%, uma ou mais vezes por semana. E 29,6% dos participantes fizeram *binge* (Tabela 9).

Com os resultados do instrumento Q_F foi possível notar que os grupos participantes da entrevista realmente corresponderam à classificação prévia realizada no levantamento inicial. Portanto, a amostra da entrevista representou com fidedignidade, a amostra total de participantes.

4.2.1.1 Quantidade e frequência de uso entre os grupos positivo e negativo

A frequência do beber entre os participantes do grupo 1 (positivo) foi a seguinte: 21,4% não consumiram bebida alcoólica no mês anterior à realização da entrevista, enquanto que 42,9% consumiram de uma a quatro doses e 35,7%, cinco ou mais doses ($\chi^2 = 16,072$, $p < 0,0001$). Com relação à frequência, 32,1% beberam de uma a três vezes no mês e 46,4%, uma ou mais vezes por semana ($\chi^2 = 17,596$, $p < 0,0001$). Por último concluiu-se que 53,6% dos positivos fizeram *binge* ($\chi^2 = 15,987$, $p < 0,0001$).

O grupo 2 (negativo) apresentou os seguintes números: 73,1% não consumiram bebida alcoólica no mês anterior à entrevista; 23,1%, de uma a quatro doses e 3,8%, cinco ou mais doses. Quanto à frequência de consumo 23,1% beberam de uma a três vezes no mês e 3,8%, uma ou mais vezes por

semana. E apenas 3,8%, número que correspondeu a um sujeito, fez *binge* (Tabela 9).

Tabela 9 – Frequência e porcentagem do nº de doses do Q_F por grupo da entrevista

	Positivos (N=28)		Negativos (N=26)		Total (N=54)	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
N ° de doses						
0 doses	6	21,4	19	73,1	25	46,3
1 a 4 doses	12	42,9	6	23,1	18	33,3
5 ou + doses	10	35,7	1	3,8	11	20,4
Frequência						
Não bebeu	6	21,4	19	73,1	25	46,3
1 a 3 x mês	9	32,1	6	23,1	15	27,8
1 ou + semana	13	46,4	1	3,8	14	25,9
<i>Binge</i>	15	53,6	1	3,8	16	29,6

A utilização do Q_F possibilitou a certificação de que a amostra da entrevista é representativa quanto ao grupo total de participantes. Os grupos (positivo e negativo) participantes da entrevista apresentaram frequências semelhantes às encontradas no levantamento inicial.

Esses resultados alertam para as características da conduta de beber entre o grupo dos positivos, ou seja, daqueles que pontuaram oito ou mais no AUDIT. Esse grupo pode ser considerado dos "bebedores excessivos ou de risco". Quase a metade do grupo respondeu que bebia uma ou mais vezes por semana e quando bebiam, geralmente a quantidade de doses era elevada, pois, mais da metade dos participantes fizeram *binge*.

4.2.2 Contexto social de uso de álcool

Embora as características da conduta de beber entre a população adolescente e jovem seja diferenciada em relação a dos adultos, tanto os instrumentos de investigação como as intervenções e tratamentos criados para adultos têm sido aplicados em adolescentes e jovens. Com isso, a eficácia da aplicação não é tão significativa em adolescentes como em adultos.

O conhecimento do contexto em que os adolescentes fazem uso de álcool é de extrema importância para a realização de programas de prevenção primária, ou seja, destinada a estudantes que fazem uso pesado (uso da substância 20 ou mais vezes no mês) de álcool, mas ainda não são dependentes. Identificar a idade do primeiro uso de drogas é fundamental para determinar em que idade se deve iniciar a prevenção e assim desenvolver programas preventivos mais eficazes (GALDURÓZ et al., 2005). Diferentemente do tratamento realizado com adultos que é focado na dependência, o trabalho com adolescentes é por meio de prevenções e intervenções breves que buscam o retorno à abstinência ou pelo menos ao beber moderado (DIMEFF et al., 2002; MARTINS, 2006).

Esta pesquisa buscou investigar características do contexto em que se dá o início e o consumo atual de álcool entre os estudantes do ensino médio. Os resultados são apresentados da seguinte forma: primeiramente os dados do grupo geral (54 participantes) e, na seqüência, são descritos os resultados discriminando as características de cada grupo (positivo e negativo) quanto às:

a) características da experimentação: idade que experimentou bebida alcoólica pela primeira vez, qual o tipo de bebida, com quem estava e em que local;

b) características do beber atual: qual a bebida que consome atualmente, em que local e com quem costuma beber, e se costuma beber quando está sozinho;

c) característica do beber excessivo: quando se deu um episódio de beber excessivo, em que local e com quem estava;

d) característica da última experiência com bebida: quando aconteceu, em que local, com quem estava, e por que bebeu nessa ocasião.

4.2.2.1 Características da experimentação de bebidas alcoólicas no grupo total

As quatro primeiras questões do instrumento sobre o contexto social caracterizam o momento da experimentação (APÊNDICE B). A primeira questão refere-se à idade em que o participante experimentou bebida alcoólica pela primeira vez na vida. Os dados do grupo total (54 participantes) mostram uma variação entre 8 e 17 anos de idade, sendo que a média de idade para primeiro uso de álcool foi de 13,56 (DP 1,88). Em relação aos sexos, a média de idade entre os rapazes foi de 13,3 (DP 1,96) e entre as moças, média de 13,95 (DP 1,72), essa diferença não é significativa estatisticamente. Esse resultado indicou média um pouco maior do que a do *V levantamento nacional*, que identificou a média de 12,5 anos de idade do primeiro uso de álcool (GALDURÓZ, et al., 2005).

Cabe dizer que duas pessoas alegaram nunca ter experimentado bebida alcoólica, portanto os dados são calculados desconsiderando tais participantes nesse instrumento.

A bebida mais comum, no primeiro contato com o álcool, foi a cerveja, 71,2% dos participantes da pesquisa a tiveram como bebida de experimentação. Os demais participantes citaram outras bebidas como vinho e bebidas destiladas. A terceira questão do instrumento investigou com quem o participante estava quando experimentou bebida alcoólica. Nessa questão 52% responderam estar junto com algum familiar e 48% com amigos.

Em se tratando do local em que se deu a experimentação, a maioria dos participantes, ou seja, 39,2% estavam em casa de familiares, 27,5% em festa com amigos, 21,6% em bar, baile ou festa popular e 11,8% bebeu na rua ou na praça da cidade (tabela 10).

4.2.2.2 Características da experimentação de bebidas alcoólicas nos grupos positivo e negativo

Cruzando a variável grupo (negativo e positivo) com "idade", "tipo de bebida", "companhia" e "local de consumo" tem-se os seguintes resultados:

- a) a idade de experimentação: os positivos começaram a beber mais cedo do que os negativos, 17,9% deles experimentaram bebida alcoólica pela primeira vez na vida entre 8 e 11 anos de idade enquanto que somente um participante negativo disse ter experimentado bebida alcoólica nessa faixa etária. Para 41,7% dos negativos a faixa etária de experimentação aconteceu mais tarde, entre 15 e 17 anos de idade. Cerca da metade dos estudantes de

ambos os grupos tiveram a primeira experiência entre 12 e 14 anos;

- b) bebida de experimentação: a cerveja foi a bebida mais comum no primeiro contato dos adolescentes com o álcool. Dentre os participantes positivos, 82,1% a tiveram como bebida de experimentação e entre 58,3% dos negativos, ela foi a bebida de primeiro uso. É interessante notar que, entre os negativos, 41,7% experimentaram outro tipo de bebida além da cerveja. Parece que a preferência entre aqueles que consumiram pouco é de bebidas destiladas ou adoçadas (coquetéis e licores);
- c) companhia: cerca da metade dos representantes de ambos os grupos (51,9% dos positivos e 52,2% dos negativos) estavam na presença de familiares, quando provaram bebida alcoólica pela primeira vez. Os demais estavam em companhia de amigos;
- d) local em que se deu a experimentação: os locais foram variados, por isso organizaram-se em quatro categorias: 1º) casa de familiares; 2º) bailes, festas populares (festa de peão de boiadeiro e festa junina), bares e lanchonetes; 3º) festa com amigos; 4º) praça e rua. A experimentação em casa de familiares foi mais comum entre as respostas dos estudantes pertencentes ao grupo dos negativos, 45,8% deles disseram ter experimentado bebida alcoólica pela primeira vez em casa de parentes. Entre os participantes do grupo dos positivos, 33,3% disseram ter experimentado em casa de familiares, os demais experimentaram em lugares de lazer onde se vendem bebidas (22,2%), em festas

com amigos (25,9%) e na rua ou praça da cidade (18,5%) (Tabela 10).

Tabela 10 – Frequência e porcentagem das características da experimentação por grupos

	Positivos (N=28)		Negativos (N=26)		Total (N=54)	
	f	%	f	%	f	%
Idade						
8-11	5	17,9	1	4,2	6	11,5
12-14	15	53,6	13	54,2	28	53,8
15-17	8	28,6	10	41,7	18	34,6
Bebida						
Cerveja	23	82,1	14	58,3	37	71,2
Outras bebidas	5	17,9	10	41,7	15	28,8
Companhia						
Amigos	13	48,1	11	47,8	24	48,0
Familiares	14	51,9	12	52,2	26	52,0
Local						
Casa familiares	9	33,3	11	45,8	20	39,2
Baile, fest pop, bar	6	22,2	5	20,8	11	21,6
Festa amigos	7	25,9	7	29,2	14	27,5
Praça e rua	5	18,5	1	4,2	6	11,8

4.2.2.3 Características do beber atual do grupo total

As quatro questões seguintes do instrumento sobre o contexto do consumo de álcool tratam do beber atual. Quanto ao tipo de bebida preferida atualmente a cerveja foi citada por 35,2% dos participantes, 24,1% preferem além da cerveja mais outra bebida. A pesquisa de Abramovay (2005) também destaca a predileção pela cerveja. Essa preferência justifica-se por esta bebida chegar ao consumidor por preço relativamente baixo, e, além disso, é veiculada pelos meios de comunicação com sedutoras propagandas. Outros

tipos de bebidas como vinho, *ices*, conhaques e misturas de vodka com refrigerantes também foram apontados pelos estudantes, porém, com menor frequência do que a cerveja, 11,1% optam por outros tipos de bebida (destilado, vinho e batidas) e 29,6% disseram que não estão bebendo atualmente.

Os locais em que os participantes costumam beber com maior frequência atualmente foram festas (28,8%), ambientes fechados (bailes, bares e lanchonete) (25,0%), na praça da cidade (11,5%) e casa de familiares (5,8%). E 28,8% dos respondentes afirmaram não estar bebendo no momento.

Atualmente a maioria, 67,3% deles costumam beber mais frequentemente com os amigos e apenas 5,8% bebem com familiares, 26,9% responderam que não bebem atualmente.

Outro aspecto investigado sobre o hábito de beber dos participantes foi se costumam ingerir bebidas alcoólicas quando estão sozinhos ou se essa conduta acontece somente na presença de outrem. A maioria (55,8%) respondeu que "não bebe quando está só", 15,4% responderam que "às vezes bebem quando estão sozinhos" e somente 5,8% (o que corresponde a três participantes da amostra) afirmaram que "sim", ou seja, bebem mesmo estando sozinhos. Entre os que responderam tal questão, 23,1% disseram que não estão bebendo atualmente (tabela 11).

4.2.2.4 Características do beber atual dos grupos positivo e negativo

Com relação ao tipo de bebida consumido atualmente, a cerveja predomina entre os positivos, 53,6 deles preferem essa bebida. A maioria dos negativos (57,7%) diz não estar bebendo no momento, entre os demais que bebem, mais de um quarto deles (26,9%) prefere outras bebidas que não seja a cerveja.

Nota-se que o local em que se dá o consumo atualmente difere-se do contexto em que se deu a experimentação, nenhum dos positivos disse beber em casa com familiares, 39,3% deles bebem em festas, o mesmo número bebe em locais onde se vendem bebidas alcoólicas "livremente" como bailes, bares e lanchonetes. Uma característica singular apresentada nesta pesquisa foi o consumo de bebidas na praça da cidade, 17,9% dos positivos mencionaram a praça como o principal local para beber com os amigos. Esse hábito é característico de cidades de pequeno porte com poucas opções de lazer para os adolescentes e jovens. Dentre os negativos que bebem a maioria bebe em festas (16,7%).

Quanto à companhia para beber atualmente, ficou evidente a preferência entre os adolescentes em beber acompanhado de amigos, quase todos os positivos (92,9%) afirmaram beber com amigos. Também entre os negativos que bebem, essa preferência prevaleceu em quase todos. É fato que os adolescentes têm o hábito de beber em grupo, os participantes de ambos os grupos responderam não beber quando estão desacompanhados (Tabela 11).

Tabela 11 – Freqüência e porcentagem das características do beber atual por grupo

	Positivos (N=28)		Negativos (N=26)		Total (N=54)	
	f	%	f	%	f	%
Bebida						
Cerveja	15	53,6	4	15,4	19	35,2
Outras bebidas	12	42,9	7	26,9	19	35,2
Não bebe	1	3,6	15	57,7	16	29,6
Local						
Casa de familiares	0	0,0	3	12,5	3	5,8
Baile, bar, lanchonete	11	39,3	2	8,3	13	25,0
Festas	11	39,3	4	16,7	15	28,8
Praça	5	17,9	1	4,2	6	11,5
Não bebe	1	3,6	14	58,3	15	28,8
Companhia						
Amigos	26	92,9	9	37,5	35	67,3
Familiares	1	3,6	2	8,3	3	5,8
Não bebe	1	3,6	13	54,2	14	26,9
Bebe sozinho						
Sim	3	10,7	0	0,0	3	5,8
Não	19	67,9	10	41,7	29	55,8
Às vezes	5	17,9	3	12,5	8	15,4
Não bebe	1	3,6	11	45,8	12	23,1

4.2.2.5 Características do beber excessivo no grupo total

Três questões do instrumento sobre o contexto de uso de álcool são referentes ao episódio de maior consumo. Foi pedido para que os participantes lembrassem do dia em que tinham ingerido maior quantidade de bebida alcoólica e que dissessem há quanto tempo havia acontecido o episódio, em que local e com quem estava. Com relação ao tempo em que se deu o episódio de maior consumo, 59,1% responderam que aconteceu há um ano ou mais; 11,4%, entre três a doze meses e 13,6%, no último mês. E 15,9% disseram não beber.

Quanto ao local, essa experiência em que a pessoa mais bebeu aconteceu para 30% dos estudantes em festas, para 26% deles em eventos como bailes, bares ou festas populares, para 24% foi em casa de familiares, 6% em outros lugares. E 14% disse que não bebe.

Respondendo à questão "Com quem estava no dia em que mais bebeu?", 62% estavam com amigos, 24% com algum familiar e 14% disseram que não estão bebendo (tabela 12).

4.2.2.6 Características do beber excessivo entre os grupos positivo e negativo

Quanto à ocasião em que os participantes consumiram bebida em excesso, 22,7% dos positivos tiveram um episódio de consumo excessivo de álcool nos últimos 30 dias antecedentes à pesquisa, já entre os negativos, somente um participante relatou ter ingerido álcool em excesso no último mês.

Os locais mais freqüentes de consumo exagerado para os positivos foram em festas (35,7%) e ambientes fechados como bailes, bares e lanchonetes (32,1%) e 81,5% deles estavam com amigos, quando aconteceu o episódio. Entre os negativos o episódio de beber excessivo aconteceu para 29,2% em casa de familiares e 34,8% estavam na companhia de algum familiar (tabela 12). Esses dados apontam as características discrepantes entre o consumo daqueles que bebiam freqüentemente dos estudantes que bebiam esporadicamente. Os primeiros consumiam quando estavam em festas, acompanhados de amigos e os segundos, geralmente, em casa de familiares, na presença deles.

Tabela 12 – Frequência e porcentagem das características do episódio do beber excessivo por grupo

	Positivos (N=28)		Negativos(N=26)		Total (N=54)	
	f	%	f	%	f	%
Tempo						
Há 1 ano ou +	12	54,5	14	63,6	26	59,1
Entre 3 e 12 m	4	18,2	1	4,5	5	11,4
Último mês	5	22,7	1	4,5	6	13,6
Não bebe	1	4,5	6	27,3	7	15,9
Local						
Casa de familiar	5	17,9	7	29,2	12	23,1
Baile, bar, lanchonete	9	32,1	4	16,7	13	25,0
Festas	10	35,7	5	20,8	15	28,8
Outros	2	7,1	1	4,2	3	5,8
Não bebe	1	3,6	6	25,0	7	13,5
Não houve, não lembra	1	3,6	1	4,2		3,8
Companhia						
Amigos	22	81,5	9	39,1	31	62,0
Familiares	4	14,8	8	34,8	12	24,0
Não bebe	1	3,7	6	26,1	7	14,0

Obs.: O número de respondentes por questões varia de 22 a 28

4.2.2.7 Características da última experiência com bebida entre o grupo geral

As quatro últimas questões do instrumento sobre o contexto de uso de álcool, investigam a última experiência que a pessoa teve com álcool antecedente à pesquisa. Questiona-se quando, onde, com quem estava e por que bebeu. A maioria dos estudantes (44%) respondeu que a última vez que havia bebido tinha sido na última semana que antecedeu a pesquisa. Os demais 14%, 18% e 16% beberam pela última vez, respectivamente, no último mês, entre três e doze meses e há um ano ou mais. Ainda 8% alegaram não beber atualmente.

Quanto ao local que os estudantes consumiram álcool pela última vez até o momento da entrevista, 34,6% o fizeram em locais em que há venda deliberada de bebidas alcoólicas como bailes, bares, lanchonetes e festas populares (festas de peão de boiadeiro). Outros 19,2% beberam em casa de algum familiar (casa dos pais, tios ou primos). Os dados referentes ao local de consumo de álcool mostraram uma característica singular dos participantes desta pesquisa, que foi o beber na praça central da cidade ou em churrascos, 25% dos participantes indicaram esses locais como ambientes usuais para se fazer uso de bebidas alcoólicas. As festas com amigos prevaleceram entre 13,5% dos estudantes. Nessa questão 7,7%, o que corresponde a quatro participantes, disseram que não estão bebendo. E com relação à companhia que estava presente com o bebedor nessa última experiência com álcool, 65,4% disseram que estavam com amigos e 28,8%, com familiares. Entre os participantes que já provaram álcool, apenas três participantes (5,8%) afirmaram não beber em hipótese alguma até o momento, eles relataram que apenas provaram bebida alcoólica poucas vezes.

A última questão do instrumento indagou o motivo que levou a pessoa a beber nessa última experiência. A maioria, ou seja, 38,5% deu justificativas que indicaram beber simplesmente "por costume" ou hábito. Entre os demais, 28,8% disseram ter bebido por diversão; 15,4%, para experimentar ou por influência dos amigos e 13,5% deram motivos diversos. Nessa última questão apenas duas pessoas (3,8%) afirmaram não beber, além das duas que responderam nunca ter experimentado (Tabela 13).

4.2.2.8 Características da última experiência com bebida entre os grupos positivo e negativo

As peculiaridades dos grupos quanto às características da última experiência com álcool apontam que 64,3% dos positivos consumiram bebida alcoólica na última semana antecedente à entrevista e entre 36,4% dos negativos a última experiência aconteceu há um ano ou mais. Os locais de preferência para 46,4% dos positivos foram locais fechados (baile, bares, lanchonetes), enquanto que boa parte dos negativos, ou seja, 37,5% optaram por beber em casa de familiares. Interessante notar que um quarto dos participantes de ambos os grupos citaram a praça e churrascos como ambientes preferenciais para o consumo de bebidas. Quase todos os positivos, ou seja, 82,1% deles disseram ter bebido em companhia de amigos nessa última experiência enquanto que os negativos dividiram-se entre amigos e familiares, 45,8% e 41,7% respectivamente. Quanto ao motivo, por ter bebido nessa última vez, 53,6% dos positivos alegaram motivos pertencentes a categoria "por costume", nessa categoria estão respostas como "porque gosto", "por hábito", "porque deu vontade", "para matar a sede" e a resposta mais freqüente entre os negativos foi "influência de amigos ou para experimentar" (Tabela 13).

Tabela 13 – Frequência e porcentagem das características da última experiência por grupo

	Positivos (N=28)		Negativos(N=26)		Total (N=54)	
	f	%	f	%	f	%
Tempo						
Foi 1 ano ou +	0	0,0	8	36,4	8	16,0
Entre 3 a 12 m	6	21,4	3	13,6	9	18,0
Último mês	4	14,3	3	13,6	7	14,0
Última semana	18	64,3	4	18,2	22	44,0
Não bebe	0	0,0	4	18,2	4	8,0
Local						
Casa de família	1	3,6	9	37,5	10	19,2
Baile, bar, lanchonete	13	46,4	5	20,8	18	34,6
Festas	6	21,4	1	4,2	7	13,5
Praça, churrasco	7	25,0	6	25,0	13	25,0
Não bebe	1	3,6	3	12,5	4	7,7
Companhia						
Amigos	23	82,1	11	45,8	34	65,4
Familiares	5	17,9	10	41,7	15	28,8
Não bebe	0	0,0	3	12,5	3	5,8
Motivo						
Costume	15	53,6	5	20,8	20	38,5
Diversão	9	32,1	6	25,0	15	28,8
Experimentar, amigos	0	0,0	8	33,3	8	15,4
Outros	4	14,3	3	12,5	7	13,5
Não bebe	0	0,0	2	8,3	2	3,8

Obs.: O número de respondentes por questões varia de 22 a 28

O número de respostas sobre não estar bebendo atualmente variou de questão para questão, como hipóteses para tal dado foi sugerido que o entrevistador não ficou atento a esse dado ou que os adolescentes não estavam certos sobre o fato de que estavam ou não bebendo, já que essa conduta depende de situações como festas para acontecer. Portanto, ao final da análise dos dados do instrumento sobre contexto social de uso de álcool, apenas quatro dos 54 participantes não faziam uso de álcool definitivamente.

Comparando os resultados a que se chegou sobre contexto do uso de álcool na presente pesquisa com os dados do estudo norte-americano de Beck, Thombs e Summons (1993), ficou clara a semelhança em alguns aspectos como o fato de os adolescentes de ambos estudos fazerem uso de álcool em

ambientes sociais facilitadores com adultos ausentes, isto é, festas com amigos. Esse fator foi o mais citado no presente estudo, quando investigado o local em que os adolescentes bebem com maior frequência atualmente. Outras semelhanças foram beber para fazer parte do grupo e beber sob a supervisão de familiares. No caso desta pesquisa, muitos estudantes responderam beber por influência dos amigos e beber estando em companhia deles, porém no momento de experimentação a maior parcela deles estava com os familiares e ainda boa parte dos negativos bebem atualmente quando estão com a família.

Nos resultados do presente estudo não apareceu como fator do contexto social “desafiar as regras escolares” e “beber para controlar o estresse”. Colocam-se como hipóteses para tais diferenças entre a população estudada e a norte-americana, as diferenças sócio-culturais. Vale dizer que os participantes desta pesquisa vivem num município pequeno do interior do estado de São Paulo, onde os adolescentes não sofrem pressão social a ponto do estresse ser um problema a atormentá-los. E também, como foi mostrado pelo instrumento sobre o contexto social, o hábito de beber entre os adolescentes acontece, geralmente, em festas nos finais de semana, dessa forma, eles não costumam beber durante a semana no horário das atividades escolares. Portanto, não bebem para desafiar as regras escolares.

A integração existente entre os grupos de adolescentes e jovens e as interações que se estabelecem no grupo e em determinados ambientes exercem forte influência na construção de julgamentos sócio-morais ou convencionais.

4.2.3 Julgamento sócio-moral

Na entrevista investigou-se o julgamento dos participantes com relação a condutas ligadas aos domínios moral, convencional, pessoal e de prudência com três instrumentos. O primeiro instrumento avalia a gravidade dos eventos relacionados; o segundo, as justificativas para realização ou não do evento; o último, a jurisdição de autoridade, isto é, quem os jovens consideram como autoridade para a realização ou não dos eventos relacionados. As questões relacionadas ao domínio moral se referem às condutas de agredir e furtar. Uma questão se refere ao domínio sócio-convencional "pedir licença para entrar em um ambiente onde existem pessoas". E uma referente ao domínio pessoal, "deixar o quarto desarrumado". E por último, uma questão sobre prudência – o uso de capacete ao dirigir uma motocicleta. Algumas das questões incluem itens sobre uso de drogas legais (tabaco e álcool) e ilegais (maconha e lança perfume). Os resultados são apresentados por instrumento.

4.2.3.1 Avaliação de gravidade dos eventos

Este instrumento possui 14 questões e avalia a gravidade de algumas condutas, utilizando uma escala de cinco pontos. Atribuiu-se o valor 1 para "muito errado" até o valor 5 para "muito correto". As questões referem-se ao uso moderado e pesado das quatro substâncias psicoativas mais usadas entre os adolescentes que são, o álcool, o tabaco, a maconha e solvente (no caso o lança perfume), duas condutas morais (agredir e furtar), uma convencional

(pedir licença para entrar em um ambiente), uma de domínio pessoal (arrumação do próprio quarto) e uma de prudência (uso de capacete).

Calculou-se o índice de fidedignidade e buscou-se estabelecer como essas questões são agrupadas pelos participantes, com o uso de análise de aglomerados (MANZATO, 1983; MARTINS, 2002). Resultado do primeiro ponto, a fidedignidade, mostrou Alpha de Cronbach igual a 0,84 (CRONBACH, 1990). A segunda análise, a de aglomerados, mostrou a existência de quatro conjuntos. O primeiro grupo constou das variáveis sobre uso de maconha. O segundo formado pelo domínio moral (agredir, furtar e dirigir depois de cinco ou mais doses) e pelo de prudência (uso de capacete). O terceiro conjunto sobre uso de drogas legais (álcool e cigarro) e ilegal (lança perfume). E no quarto e último grupo, estão as questões referentes aos domínios sócio-convencional e pessoal e o uso pesado de bebidas alcoólicas (Tabela 14).

Tabela 14 – Médias e desvio padrão das questões dos quatro aglomerados por grupos positivos e negativos no AUDIT

	Positivo		Negativo	
	Média	DP	Média	DP
Aglomerado 1				
Experimentar maconha uma ou duas vezes na vida	1,61	0,78	1,23	0,43
Fumar maconha de vez em quando	1,64	0,78	1,31	0,55
Fumar maconha regularmente	1,50	0,58	1,19	0,40
Aglomerado 2				
Dirigir um carro depois de cinco ou mais doses	1,50	0,51	1,08	0,27
Pegar algo em uma loja sem pagar	1,39	0,50	1,19	0,40
Agredir fisicamente qualquer pessoa	1,57	0,63	1,19	0,40
Não usar capacete quando está em uma motocicleta	1,79	0,74	1,27	0,60
Aglomerado 3				
Usar lança perfume de vez em quando	2,00	0,72	1,38	0,57
Dirigir um carro depois de uma ou duas doses	1,93	0,71	1,42	0,81
Fumar um ou mais maços de cigarro por dia	1,79	0,79	1,46	0,65
Aglomerado 4				
Entrar em um ambiente sem pedir licença	2,07	0,54	1,77	0,65
Deixar o quarto desarrumado	2,54	0,64	2,15	0,61
Tomar uma ou duas doses (álcool) quase todo o dia	2,39	0,74	1,58	0,86
Tomar cinco ou + doses algumas vezes finais semana	2,79	0,79	1,85	1,05

Esses resultados apontam algumas características entre os dois grupos – positivo e negativo – ambos consideram as condutas morais (agredir e furtar), dirigir embriagado e fumar maconha regularmente como as mais graves entre as demais condutas apresentadas pelo instrumento. E ambos os grupos não vêem problema em “tomar cinco ou mais doses algumas vezes em finais de semana”, colocando essa conduta como a menos grave ao lado de “deixar o quarto desarrumado”.

4.2.3.2 Categorias de justificação

Esse segundo instrumento, avalia o tipo de justificação usada, em um questionário de escolha forçada, para dez questões. Os temas das questões foram os mesmos do instrumento anterior e as justificativas possíveis são: a) Errado porque pode causar danos a outras pessoas (domínio moral); b) Errado porque causa dano a própria pessoa (domínio de prudência não aceitável); c) Certo, mas pode causar dano a própria pessoa (domínio de prudência aceitável); d) Certo porque não há regras (domínio convencional); e) Muito certo, independente de existir uma regra ou não (domínio pessoal).

Como no instrumento sobre avaliação de gravidade, calculou-se o índice de fidedignidade e buscaram-se os possíveis aglomerados para as questões. O resultado do Alpha de Cronbach é igual a 0,67 (CRONBACH, 1990), o que indica fidedignidade menor do que no primeiro questionário de avaliação da gravidade dos eventos, mas esse índice é aceitável para instrumentos desse tipo. A segunda análise, a de aglomerados, mostrou a existência de três conjuntos e uma variável solitária. O primeiro grupo foi formado pelas duas questões do domínio moral mais a questão sobre uso

pesado de droga legal (dirigir alcoolizado) e pela questão referente ao domínio de prudência (uso de capacete). O segundo grupo constou das variáveis sobre uso de drogas legais e ilegais, surgindo uma variável que ficou isolada sobre o uso de bebidas alcoólicas. E o quarto conjunto referente aos domínios sócio-convencional e pessoal (Tabela 15).

Tabela 15 – Porcentagens das respostas de justificativa por grupos positivo e negativo no AUDIT

	Positivo				Negativo			
	Errado: dano terceiros	Errado: dano a pessoa	Certo: dano a pessoa	Certo: não há regras	Errado: dano terceiros	Errado: dano a pessoa	Certo: dano a pessoa	Certo: não há regras
Aglomerado 1								
Agredir qualquer pessoa	78,6	21,4	0,0	0,0	73,1	23,1	3,8	0,0
Pegar algo sem pagar	57,1	42,9	0,0	0,0	73,1	26,9	0,0	0,0
Dirigir alcoolizado	78,6	10,7	7,1	3,6	80,8	11,5	3,8	3,8
Não usar capacete	25,0	67,9	3,6	3,6	30,8	61,5	7,7	0,0
Aglomerado 2								
Fumar maconha	28,6	67,9	3,6	0,0	26,9	61,5	11,5	0,0
Usar lança perfume	39,3	53,6	3,6	3,6	42,3	46,2	11,5	0,0
Fumar cigarros	50,0	39,3	7,1	3,6	50,0	38,5	7,7	3,8
Aglomerado 3								
Uso de bebidas alcoólicas	17,9	28,6	28,6	25,0	34,6	38,5	19,2	7,7
Aglomerado 4								
Entrar sem pedir licença	35,7	35,7	14,3	14,3	38,5	50,0	0,0	7,7
Deixar o quarto desarrumado	10,7	39,3	17,9	25,0	3,8	65,4	11,5	11,5

A partir dos aglomerados, foram calculadas as porcentagens por grupos, das categorias usadas. Os resultados mostram, em primeiro lugar, que praticamente não ocorreram respostas na última categoria “Muito certo, independente de existir uma regra ou não” e, desta forma, ela foi descartada. A escolha das outras categorias dependeu do aglomerado em que a questão

ficou. Nos aglomerados 1 e 2, praticamente todas as respostas concentram-se nas duas primeiras categorias. A questão isolada sobre "uso de bebidas alcoólicas" usa as quatro categorias e o quarto aglomerado apresenta concentração nas três primeiras categorias. Baseado nessas configurações realizaram-se testes de Qui-Quadrado para avaliação das distribuições entre os grupos positivo e negativo.

Resultados mostram, em primeiro lugar, que no aglomerado 1 ficaram as questões relacionadas ao domínio moral, assim como a referente ao dirigir alcoolizado e uso de capacete. As questões sobre agressão e dirigir alcoolizado são justificadas como erradas em função de causar danos a outras pessoas, mas a outra questão do domínio moral, "Pegar algo sem pagar", ficou dividida entre causar danos a terceiros e a própria pessoa. Ao responderem sobre essa última situação, os participantes lembraram que podiam ser punidos, se descobertos.

No uso da maconha e lança perfume, há um predomínio da categoria "Errado, pode causar danos a própria pessoa", mas com relação ao cigarro os adolescentes atribuem ser "Errado por causar danos a outras pessoas". Essas três questões (maconha, lança perfume e cigarro) formam o segundo aglomerado. Esses dados indicaram que os adolescentes têm consciência dos danos que o uso dessas substâncias podem trazer tanto para si quanto para terceiros.

As respostas referentes ao uso de bebidas alcoólicas tiveram características próprias, 28,6% dos positivos consideraram certo consumir álcool porque causa dano a própria pessoa e 25% deles porque não há regras. Entre os negativos a maioria considerou errado o uso de álcool.

As questões dos domínios pessoal (deixar o quarto desarrumado) e convencional (entrar sem pedir licença) deve-se a um maior uso da categoria “Errado, pode causar dano a própria pessoa” entre os integrantes do grupo negativo.

4.2.3.3 Jurisdição de autoridade

A fim de conhecer quem os participantes consideravam autoridade para regular as condutas relacionadas nos instrumentos sobre gravidade do evento e categorias de justificação, usou-se esse instrumento. Com ele os participantes tinham como opções escolher entre a própria pessoa, amigos, pais, autoridades escolares, autoridades religiosas e Governo.

Como nos dois instrumentos anteriores, sobre a avaliação de gravidade e categorias de justificação, calculou-se o índice de fidedignidade e buscaram-se os possíveis aglomerados para as questões. Encontrou-se um Alpha de Cronbach igual a 0,69 (CRONBACH, 1990).

No instrumento sobre jurisdição de autoridade aparece a seqüência de ser a própria pessoa responsável pela realização ou não do evento, seguida de “Governo, via leis”, “Pais” e “Amigos”. As categorias relacionadas às autoridades escolares e religiosas praticamente não são citadas, com exceção do item “Entrar em um ambiente deveria ser regulamentado por”, que recebeu 14,8% para “Autoridades escolares” (Tabela 16).

Os adolescentes apontam a própria pessoa como responsável pelo uso de substâncias legais e ilegais. Esse dado indica que os adolescentes não vêem a família, a escola, a igreja ou o governo como autoridades para legislar o uso de SPA.

Tabela 16 – Porcentagem das categorias de jurisdição de autoridade

	A própria pessoa	Amigos	Pais	Autoridades escolares	Autoridades religiosas	Governo, via leis
Aglomerado 1						
Fumar maconha	70,4	0,0	13,0	0,0	0,0	16,7
Usar lança perfume	63,0	7,4	13,2	0,0	0,0	16,7
Fumar cigarro	74,1	5,6	3,7	1,9	0,0	14,8
Tomar uma ou duas doses	81,5	7,4	7,4	0,0	0,0	3,7
Aglomerado 2						
Agredir alguém	55,6	11,1	11,1	1,9	0,0	20,4
Entrar em um ambiente	61,1	3,7	14,8	14,8	1,9	3,7
Dirigir depois de beber	61,1	11,1	5,6	0,0	0,0	22,2
Pegar algo sem pagar	48,1	5,6	13,0	3,7	0,0	29,6
Aglomerado 3						
Usar capacete	59,3	5,6	5,6	0,0	0,0	29,6
Aglomerado 4						
Arrumar o quarto	55,8	5,8	38,5	0,0	0,0	0,0

5 CONCLUSÕES

A presente pesquisa chegou a resultados que possibilitaram as seguintes conclusões que são apresentadas a seguir.

1. *Número elevado de estudantes apresentando um beber de risco ou excessivo.* O uso de risco pode ser entendido como aquele no qual a pessoa aumenta de forma considerável as suas chances de sofrer algum dano físico ou mental, ou de ocasioná-lo aos que o rodeiam. Considera-se uso nocivo quando a pessoa continua bebendo apesar dos inúmeros problemas que surgem (sociais, familiares, ocupacionais, legais e mesmo físicos), porém ainda sem doença cerebral (DATASUS, 2006). A dependência acontece em geral, após anos de uso repetido, descontrolado e compulsivo do álcool, havendo ainda tolerância (necessidade de quantidades cada vez maiores para obtenção do efeito desejado), bem como sintomas de abstinência na ausência ou diminuição da ingestão de etílicos. Além disso, o ato de beber recebe prioridade em relação aos demais compromissos e atividades da pessoa. Deve-se salientar que o termo abusivo de álcool, na literatura inglesa, é usado como nome genérico para qualquer um dos níveis de risco acima citados, ou seja, tanto para uso problemático como para dependência (BABOR, 1992).

No levantamento inicial desta pesquisa o AUDIT identificou 22,3% de estudantes que apresentavam um beber de risco ou excessivo. Em estudo semelhante realizado em cidade de médio porte da mesma região em que se deu a presente pesquisa o teste identificou 17,9% de positivos (MARTINS, 2006). Coloca-se como hipóteses para o maior número de adolescentes

bebendo em excesso na cidade de pequeno porte a escassez de atividades culturais e de lazer para essa faixa etária na cidade em que foi feita a pesquisa.

2. *O consumo de álcool entre os estudantes das três séries do ensino médio é equivalente.* Em outras palavras, tanto os alunos da primeira, quanto da segunda e terceira séries possuem padrões de consumo semelhantes. Isso indica que o início do uso de álcool acontece ainda no ensino fundamental, outros estudos também chegaram a conclusões semelhantes sob este aspecto (BAUS, KUPEK, PIRES, 2002; GUIMARÃES et al., 2004; MUZA et al., 1997a; TAVARES, BÉRIA, LIMA, 2001). Este dado alerta para a criação de programas de prevenção com a população ainda no início do ensino fundamental.

3. *O consumo entre o sexo masculino é significativamente maior que entre o sexo feminino.* Outros achados epidemiológicos também chegaram a tal dado (CARLINI et al., 2002; COSTA et al., 2004; GAZAL-CARVALHO et al., 2002; KERR-CORRÊA, SIMÃO e MARTINS, no prelo; MINAYO e DESLANDES, 1998; MUZA et al., 1997a; PECHANESKY, SZOBOT e SCIVOLETTO, 2004; TAVARES, BÉRIA e LIMA, 2001). Porém, o consumo entre o sexo feminino é preocupante já que as propagandas comerciais de bebidas voltam-se cada vez mais para o público feminino e como já foi dito pelas diferenças tanto biológica quanto psicossociais que vulnerabiliza a mulher pelos prejuízos causados pelo álcool.

4. *O nível socioeconômico não é fator relevante quando se trata de consumo de álcool.* Estudo realizado em Ribeirão Preto, SP também chegou a

resultado semelhante (MUZA et al., 1997b) e o *V Levantamento Nacional* concluiu que o uso de drogas, tanto lícitas quanto ilícitas, distribui-se regularmente por todas as classes socioeconômicas (GALDURÓZ et al, 2005). Outro estudo realizado em Campinas, SP, concluiu que o nível socioeconômico influencia no uso de drogas, quando se compara o consumo de lícitas e ilícitas. O uso pesado de drogas ilícitas foi menor entre os estudantes das escolas públicas periféricas do que entre os de escolas particulares, pertencentes aos níveis A e B (SOLDERA et al., 2004).

5. *Pertencer a uma religião evangélica ou protestante é um fator protetivo.* Confirmando os dados de outros estudos (DALGALARRONDO et al., 2004; GALDURÓZ et al., 2005; KERR-CORRÊA et al., 2002; PATOCK-PECKHAM et al., 1998; SOLDERA et al., 2004) os dados referentes a religião indicam que adolescente pertencente a uma, principalmente se for evangélica corre menor risco de fazer uso excessivo de bebidas alcoólicas.

6. *O binge, ou beber se embriagando, aparece como conduta freqüente entre os estudantes.* Quase 30% dos participantes consumiram bebida alcoólica uma ou mais vezes por semana e mais da metade dos positivos fizeram *binge*. Esse termo (*binge*) pode ser entendido por “beber se embriagando” e apareceu na presente pesquisa como uma característica marcante entre o beber dos estudantes. Eles bebem ocasionalmente em eventos como festas de amigos, bailes e churrascos, mas, quando bebem, a quantidade consumida é elevada e num curto espaço de tempo. O ato de beber assume um caráter lúdico, em algumas regiões chama-se “vira-vira”.

7. *Entre os alunos que freqüentam o período noturno o beber excessivo foi mais freqüente.* Outros estudos (SOLDERA et al., 2004; TAVARES, BÉRIA e LIMA, 2001) também chegaram a esse dado, como hipótese coloca-se a combinação desses alunos trabalharem durante o dia e ainda não terem responsabilidades familiares, o que faz que possam gastar o dinheiro ganho, entre outras coisas, com o álcool.

8. *Possuir um parente da família que faz uso excessivo de álcool é fator de risco para o adolescente.* Quase 30% dos alunos positivos possuem algum familiar com problemas relacionados à bebida. Estudo realizado com colegiais e universitários identificou o uso de drogas entre familiares ou a complacência destes quanto ao uso como fator de risco (KERR-CORRÊA et al., 2002). Esse dado aponta o ambiente familiar com significativa influência na formação dos hábitos com relação a bebida.

9. *O consumo aumenta linearmente com a idade.* Os resultados referentes às características em que se dá o início do uso de álcool indicam o aumento da freqüência e quantidade de consumo com o passar dos anos. Quanto à idade de experimentação, houve uma variação entre oito e 17 anos de idade, sendo a média de 13,56 anos de idade para primeiro uso.

10. *A cerveja é a bebida preferida dos estudantes.* Ela é a bebida mais consumida, tanto no momento de experimentação (71,2% experimentaram cerveja no primeiro contato com álcool), quanto no beber atual. Os resultados apontaram um dado interessante que foi a preferência de bebidas destiladas

ou doces entre os bebedores esporádicos, ou seja, 41% dos negativos optam por outro tipo de bebida alcoólica que não seja a cerveja.

11. *Os jovens iniciam o consumo de álcool em casa com a família e mais tarde torna-se um hábito social compartilhado com o grupo de pares.* Outra característica que chama a atenção é o fato de mais da metade dos adolescentes estarem com algum familiar no momento de experimentação. Essa característica se modifica quando é comparado o momento de primeiro uso e o beber atual, o adolescente deixa de beber em casa com os familiares e passa a beber em ambientes de lazer com amigos (festas, bailes, bares e churrascos).

12. *A maioria dos adolescentes faz uso de álcool por costume ou hábito.* Entre os motivos que levaram a pessoa a beber na última experiência que antecedeu a pesquisa, a justificativa predominante foi beber “por costume ou hábito”, ou seja, o adolescente incorporou o ato de beber de tal forma que faz isso como algo natural que faz parte da sua rotina. Outro motivo bastante apontado foi beber “pra se divertir”, “porque é legal”, isso quer dizer que o ato de beber ocupa um lugar importantíssimo na obtenção de prazer, o álcool se torna um instrumento de prazer para esses adolescentes, sendo que uma festa sem bebida impossibilita o divertimento. Chamou a atenção o número elevado (44%) de estudantes que responderam ter bebido na última semana que antecedeu a pesquisa.

O instrumento sobre contexto social identificou entre os principais motivos para beber, por costume ou por diversão. O ato de beber torna-se um hábito corriqueiro e atividade de lazer nos fins de semana desses

adolescentes. Cabe dizer que a população adolescente, jovem e urbana tem o costume de beber na praça central da cidade com grupos de amigos ou esses grupos organizam festas ou churrascos com muita bebida. O município também realiza duas grandes festas populares durante o ano que são as festas de peão de rodeio. É característico dessas festas o consumo elevado de bebida alcoólica. Concluindo, os dados sobre o contexto social indicam que os positivos têm como características beber cerveja, com amigos em ambiente fechados como bailes, bares e lanchonetes e com uma certa frequência. Suas justificativas para beber são atribuídas ao hábito adquirido. Entre os negativos a preferência se dá por bebidas destiladas ou vinhos, geralmente na presença de familiares e em casa de parentes. Atribuem como motivo para beber a influência de amigos ou bebem somente para experimentar.

13. *Os dois grupos – positivo e negativo – consideram mais graves as condutas morais (agredir, furtar e dirigir embriagado) e uso de droga ilegal (fumar maconha regularmente). E ambos os grupos não vêem problema em “tomar cinco ou mais doses algumas vezes em finais de semana”, colocando essa conduta como a menos grave ao lado de “deixar o quarto desarrumado”.* Cabe dizer que, analisando os dados quanto ao julgamento moral dos estudantes enquanto grupos de bebedores de risco ou excessivos e bebedores moderados ou abstêmios não houve diferença significativa quanto aos julgamentos de ambos os grupos.

14. *Os estudantes do grupo positivo colocam o uso de álcool nos domínios convencional e pessoal enquanto que os do grupo negativo colocam no domínio moral.* Em ambos os grupos, o uso de cigarro foi colocado no

domínio moral pela maior parte dos estudantes e o uso da maconha e de lança perfume no domínio pessoal. As questões morais (agressão e dirigir alcoolizado) são justificadas como erradas, em função de causar danos a outras pessoas. E “Pegar algo sem pagar”, divide-se entre causar danos a terceiros e a própria pessoa (moral e pessoal). Esses jovens lembram que podem ser punidos, se descobertos, característica de sujeitos heterônomos.

Quanto ao uso de bebidas alcoólicas, um quarto dos positivos coloca o uso de álcool no domínio convencional e quase 30% colocam no pessoal. Os negativos colocam no domínio moral, ou seja, consideram errado consumir álcool.

15. *Os adolescentes se vêem como responsáveis por legislar o uso ou não uso de drogas.* Quando questionados sobre quem os adolescentes acham que deve regular atos (jurisdição de autoridade) como, por exemplo, beber e dirigir, aparece a seqüência de respostas: ser a própria pessoa responsável pela realização ou não do evento, seguida de “Governo, via leis”, “Pais” e “Amigos”. Em se tratando de drogas, tanto legais, quanto ilegais, os adolescentes mencionam ser a própria pessoa responsável por legislar o consumo.

Em suma, conclui-se que estudar no período noturno, ser do sexo masculino, não pertencer a religião e ter um membro familiar que faz uso problemático de álcool são fatores de risco para o uso excessivo de álcool. E como características do beber entre adolescentes, tem-se o início de uso no ambiente familiar que passa a ser feito em ambientes sociais entre amigos e o beber torna-se uma atividade habitual. Referente ao julgamento sócio-moral dos adolescentes que fazem uso excessivo de álcool, condutas como beber e

dirigir não são compreendidas por eles como algo que pode causar danos, ou seja, colocam essa conduta no domínio pessoal ou sócio-convencional e se vêem como responsáveis por legislar tal conduta.

Diante dos resultados a que se chegou no presente estudo e das pesquisas nele citadas, não é por acaso que, no Brasil, o consumo de álcool é o principal fator de risco para morte, doenças e deficiências físicas decorrentes de acidentes e de violência. O Brasil está entre os 25 países do mundo que mais aumentaram o consumo de álcool durante os últimos 40 anos, com 154,8% de aumento (CARLINI-MARLATT, 2005). E, apesar de todos os transtornos causados pelo consumo de álcool, recentemente o Brasil foi um dos países que se posicionou contra uma proposta levada à Organização Mundial de Saúde – OMS de sobretaxar as bebidas alcoólicas como forma de combater o consumo abusivo. Essa proposta nem foi levada à votação.

Aumentar o preço da bebida é uma maneira comprovada de diminuir o consumo, principalmente entre bebedores jovens, já que pertencem ao grupo de maior vulnerabilidade. O cientista político norte-americano Robert Reynolds em entrevista para o *site* www.abead.org.br - Associação brasileira de estudos do álcool e outras drogas - ABEAD, em janeiro de 2005, relatou que nos EUA, para cada US\$1 que entra em impostos pagos pela indústria de bebidas alcoólicas há outros US\$ 9 em custo social – em serviços de saúde, perda de produtividade e desagregação de famílias.

No Brasil a realidade não é diferente, o álcool além de ser a droga mais consumida - cerca de 70% da população brasileira já experimentou bebidas alcoólicas pelo menos uma vez na vida, enquanto que esse percentual para maconha é de 7% e para a cocaína de 2% (CARLINI et al., 2002) – é

também a droga de maior custo social. Segundo o DATASUS de 2001, foram efetivadas 84.467 internações de pacientes para tratamento com problemas relacionados ao uso de álcool no país. O Sistema Único de Saúde – SUS tem um custo anual de 60 milhões de reais com esses pacientes (BRASIL, 2003).

Diante de tantos prejuízos era de se esperar ações mais efetivas por parte da sociedade e do governo para prevenir os males causados pelo álcool. É nítida a necessidade de uma campanha, em nível nacional, como a antitabagista, lançada pelo governo federal nos últimos anos, proibindo as propagandas de cigarro. Com o álcool ainda não aconteceu campanha semelhante, uma campanha preventiva e que ofereça informações sobre a melhor maneira de ingestão de bebidas alcoólicas, sem excesso e sem causar danos.

É certo que a maioria dos jovens que bebem pesadamente tende a parar de beber ou passa a beber moderadamente quando chega a fase adulta, apenas uma pequena proporção continua a beber em excesso. Mesmo assim, não deixa de ser preocupante a conduta de beber na adolescência já que o bebedor está muito mais a mercê de condutas de risco do que aqueles que não têm esse hábito. Como alertam Pechansky, Szobot e Scivoletto (2004), mesmo sem um diagnóstico de abuso ou dependência de álcool, o adolescente que ainda está construindo sua identidade, pode se prejudicar com o consumo de álcool, à medida que se habitua a passar por uma série de situações apenas sob seu efeito. Muitos adolescentes associam o lazer ao consumo de álcool, ou só conseguem tomar iniciativas em experiências afetivas e sexuais se beberem. Dessa maneira, aprendem a desenvolver habilidades apenas possíveis com o uso de álcool e, quando esse não se encontra disponível,

sentem-se incapazes de desempenhar essas atividades, evidenciando uma outra forma de dependência.

Desse modo, acredita-se obter informações relevantes ao campo científico que possam auxiliar pesquisadores na criação de projetos de prevenção e/ou intervenção para a população jovem que consome álcool em excesso.

Referências

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. Adolescência normal: um enfoque psicanalítico. Tradução de Suzana Maria Garagoray Ballve. 8 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ABRAMO, H. W.; MARTONI BRANCO, P. P. (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. 447 p.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. (Org.). *Drogas nas escolas: versão resumida*. Brasília – UNESCO, Rede Pitágoras, 2005. 143 p.

ADORNO, S. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. In: *Psi Jornal de Psicologia CRP SP*, n.132, abr/jun 2002. p.7-8.

AERTGEERTS, B. et al. The value of CAGE, CUGE, and AUDIT in screening for alcohol abuse and dependence among college freshmen. *Alcoholism: Clinical and Experimental Research*. v. 24. n. 1. p. 53-57. 2000.

ALMEIDA, P. M.; WICKERHAUSER, H. *O critério ABA/ABIPEME: em busca de uma atualização*. São Paulo: LPM/Burke & Marplan. 1991.

ANDRADE, A. G. et al. Uso de álcool e drogas entre alunos de graduação da Universidade de São Paulo. *Revista ABP-APAL*. v. 19. p. 53-59. 1997.

BABOR, T. F. et al. *AUDIT - The alcohol use disorders identification test: guidelines for use in primary health care*. Genebra: World Health Organization/PAHO-92. n. 4. p. 1-29. 1992.

BAUS, J.; KUPEK, E.; PIRES, M. Prevalência e fatores de risco relacionados ao uso de drogas entre escolares. In: *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 36. n.1. p. 40-46. 2002.

BECK, K.H.; THOMBS, D. L.; SUMMONS, T. G. The social context of drinking scales: construct validation and relationship to indicators of abuse in an adolescent population. In: *Addictive Behaviors, USA*. v. 18. p 159-169. 1993.

BERKOWITZ, M. W.; GUERRA, N.; NUCCI, L. Sociomoral development and drug and alcohol abuse. In W. M. Kurtines e J. L. Gewirtz. (Eds.) *Handbook of moral behavior and development. Application*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum. v. 3. 1991.

BOHN, M. J.; BABOR, T. F.; KRANZLER, H. R. The alcohol use disorders identification test (Audit): Validation of a screening instrument for use in medical settings. *Journal of Studies on Alcohol*. v. 56. p.423-432. 1995.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*: Lei 8069, de 13.07.1990. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

_____. Ministério da saúde, Secretaria executiva, Secretaria de atenção a Saúde, Coordenação Nacional DST/AIDS. *A política do ministério da saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas*. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em:
<<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso em: 08 jun. 2006.

CARLINI, E. A. et al. *I levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 107 maiores cidades do país - 2001*. São Paulo: Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas - CEBRID: Universidade Federal de São Paulo, 2002.

CARLINI-COTRIN et al. Comportamento de saúde entre jovens estudantes das redes públicas e privada da área metropolitana do Estado de São Paulo. *Revista de Saúde Pública*. 34:636-645. 2000.

CARLINI-MARLATT, B. Jovens e drogas: saúde, política neoliberal e identidade jovem. In: ABRAMO, H. W. e BRANCO, P. P. M. (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 303-321.

CARVAJAL, G. *Tornar-se adolescente: a aventura de uma metamorfose: uma visão psicanalítica da adolescência*. Tradução Berliner, C. ed. 2. São Paulo: Cortez, 2001.

COSTA, J. S. D. da. et al. Consumo abusivo de álcool e fatores associados: estudo de base populacional. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo. v. 38. n. 2. p. 284-291. 2004.

CRONBACH, L. J. *Essentials os Psychological Testing*. New York: Harper e Row. 1990.

DALGALARRONDO, P. et al. Religion and drug use by adolescents. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. v. 26. n. 2. p. 82-90. 2004.

DATASUS, CID 10. Datasus, Brasília, DF. Disponível
<<http://www.datasus.gov.br/cid10/webhelp/cid10.htm>>. Acesso em 08 jun. 2006.

DIMEFF, L. A. et al. *Alcoolismo entre estudantes universitários: uma abordagem de redução de danos*. São Paulo: Editora Unesp. 2002.

DUARTE, P. C. A. V.; CARLINI-COTRIM, B. Álcool e violência: estudo dos processos de homicídio julgados nos Tribunais de Júri de Curitiba, PR, entre 1995 e 1998. *Jornal Brasileiro de Dependências Químicas*. v.1, n. 1. p. 17-25. 2000.

FIGLIE, N. B. et al. Audit identifica a necessidade de interconsulta específica para dependentes de álcool no hospital geral? *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. v. 46. n. 11. p. 589-593. 1997.

FLEMING, M. F.; BARRY, K. L.; MACDONALD, R. The Alcohol Use Disorders Identification Test (AUDIT) in an college sample. *The International Journal of the Addictions*. v. 26. n. 11. p. 1173-1185. 1991.

FREITAG, B. Itinerários de Antígona: a questão da moralidade. Campinas: Papyrus. 2002. 308 p.

GALDURÓZ, J. C. F.; NOTO, A. R.; CARLINI, E. A. *IV Levantamento sobre uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º graus em 10 capitais brasileiras*. São Paulo: CEBRID/Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Medicina. 1997.

_____. et al. *V Levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino nas 27 capitais brasileiras - 2004*. São Paulo: CEBRID/Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Medicina. 2005.

GAZAL-CARVALHO, C. et al. Prevalência de alcoolemia em vítimas de causas externas admitidas em centro urbano de atenção ao trauma. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo. v. 36. n. 1. p. 47-54. 2002.

GOMES, W. B.; ARAÚJO, L. B. Adolescência e as expectativas em relação aos efeitos do álcool. In: *Psicologia reflexão e crítica*. Porto Alegre, v.11, n. 1. 1998. 21p.

GRANVILLE-CHAPMAN, J. E.; YU, K.; WHITE, P. D. A follow-up survey of alcohol consumption and knowledge in medical students. *Alcohol and Alcoholism*. v. 36. n. 6. p. 540-543. 2001.

GUIMARÃES, J. L. et al. Consumo de drogas psicoativas por adolescentes escolares de Assis, SP. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo. v. 38. n. 1. p. 130-132. 2004.

KERR-CORREA, F. et al. I levantamento do uso de álcool e de drogas e das condições gerais de vida dos estudantes da Unesp (1998). *Pesquisa Vunesp 14*. São Paulo: Fundação Vunesp, 2001.

_____. et al. Possíveis fatores de risco para o uso de álcool e drogas em estudantes universitários e colegiais da Unesp. *Jornal Brasileiro de Dependências Químicas*. v. 3. n. 1. p. 32-41. 2002.

_____; SIMÃO, M. O.; MARTINS, R. A. Prevenção ao uso de álcool por estudantes universitários. In Carmém C. Freitas & Lauraci D. da Silva. *Drogas nas universidades*. São Leopoldo: Editora da Ulbra. No prelo.

KILLEN, M., LEVITON, M; CAHILL. J. Adolescent reasoning about drug use. *Journal of Adolescent Research*. v. 6. p.336-356. 1991.

KNIGHT, J. R. et al. Validity of brief alcohol screening tests among adolescents: a comparison of the AUDIT, POSIT, CAGE, and CRAFT. *Alcoholism: Clinical and Experimental Research*. v. 27. n. 1. p. 67-73. 2003.

KOHLBERG, L. *Psicologia del desarrollo moral*. Bilbao, Espanha: Ed. Desclée de Brouwer S.A. 1992.

_____. Stage and sequence: the cognitive-developmental approach to socialization. In D. A. Goslin (Ed.) *Handbook of socialization theory and research*. New York: Rand McNally. 1969.

KYPRI, K.; et al. High prevalence, persistent hazardous drinking among New Zealand tertiary students. *Alcohol and Alcoholism*. v. 37. n. 5. p. 457-464. 2002.

LA TAILLE, Y. *Vergonha, a ferida moral*. 2000. 192 f. Tese (Livre-Docência em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. Desenvolvimento do juízo moral e afetividade na teoria de Jean Piaget. In:____(Org.). *Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo. Summus. p. 47-73. 1992.

MANZATO, A. J. *Análise hierárquica de agrupamentos para distribuições multinomiais*. Dissertação de mestrado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Estatística, Instituto de Matemática e Estatística, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1983.

MARTINS, R. A. *Construção do Conhecimento Social: categorias de justificação e critério de julgamento*. 1991. Tese de Doutorado em Psicologia. Centro de Pós-Graduação em Psicologia da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, RJ. 1991.

_____. Concepções sobre regras morais e sócio-convencionais em crianças de pré-escola e primeiro grau. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Universidade de Brasília, Brasília, DF. v. 11, n.3. p.203-211. 1995.

_____. Concepção de roubo em pré-escolares. *Educação e Sociedade*. n. 59. p. 351-366. 1997.

_____. Uma tipologia de crianças e adolescentes em situação de rua baseada na análise de aglomerados (*Cluster Analysis*). *Psicologia: Reflexão e Crítica*. v. 15. n. 2. p. 251-260. 2002.

_____. MANZATO, A. J.; CRUZ, L. A. N. O uso de bebidas alcoólicas entre adolescentes. *Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*. Org. CASTRO, L. R.; CORREA, J. Rio de Janeiro, NAU Editora: FAPERJ. p. 301-326, 2005.

_____. Uso de álcool, intervenção breve e julgamento sócio-moral em adolescentes que bebem excessivamente. 211 f. Tese (Livre-Docência em Psicologia da Educação) - Instituto de Biociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, 2006.

_____. Padrões de uso de substâncias psicoativas, julgamento sociomoral e intervenção breve para redução do uso de álcool entre estudantes do ensino médio. Projeto de Pesquisa aprovado pela FAPESP. Instituto de Biociências e Ciências Exatas da Unesp de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto. No prelo.

MATTEWS, D. B.; MILLER, W. R. Estimating blood alcohol concentration: two computer programs and their applications in therapy and research. *Addictive Behaviors*. v.4. n.55. p. 60. 1979.

MÉNDEZ, E. B. *Uma versão brasileira do AUDIT - Alcohol Use Disorders Identification Test*. 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 1999.

MENDOZA-SASSI, R.; BÉRIA, J. U. Prevalence of alcohol use disorders and associated factors: a population-based study using AUDIT in southern Brazil. *Addiction*. v. 98. p. 799-804. 2003.

MILES, H.; WINSTOCK, A.; STRANG, J. Identifying young people who drink too much: The clinical utility of the five-item Alcohol Use Disorders Identification Test (AUDIT). *Drug and Alcohol Review*. n.20. p. 9-18. 2001.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro. v. 14. n. 1. p. 35-42. 1998.

MUZA, G. M. et al. Consumo de substâncias psicoativas por adolescentes escolares de Ribeirão Preto, SP (Brasil). I – Prevalência do consumo por sexo, idade e tipo de substância. *Revista de Saúde Pública*. v. 31. n. 1. p. 21-29. 1997a.

_____. et al. Consumo de substâncias psicoativas por adolescentes escolares de Ribeirão Preto, SP (Brasil). II – Distribuição do consumo por classes sociais. *Revista de Saúde Pública*. v. 31. n. 2. p. 163-170. 1997b.

NUCCI, L., GUERRA, N.; LEE, J. Adolescent judgments of the personal, prudential, and normative aspects of drug usage. *Developmental Psychology*. v. 27. n. 5. p. 841-848. 1991

O'HARE, T.; SHERRER, M. Validating the Alcohol Use Disorders Identification Test with college first-offenders. *Journal of Substance Abuse Treatment*. v. 17. n 1-2. p. 113-119. 1999

PATOCK-PECKHAM, J. A. et al. Effect of religion and religiosity on alcohol use in a college student sample. *Drug and Alcohol Dependence*. v. 49. p. 81-88. 1998.

PECHANSKI, F.; SZOBOT, C. M.; SCIVOLETTO, S. Uso de álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos. In: *Revista Brasileira de Psiquiatria*. São Paulo. v. 26. n. 1. p. 14-17. 2004.

PEREIRA, J.C. R. *Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências de saúde, humanas e sociais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1999.

PIAGET, J. *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus, 1994.

_____. *Estudos sociológicos*. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

REYNOLDS, R. *Drogas na mídia* [jan. 2005]. Folha Online. São Paulo: ABEAD, 2005. Disponível em: <http://www.abead.com.br/asp/dm_05_01_VIII.asp>. Acesso em: 1 jul. 2005.

ROCHE, A. M.; WATT, K. Drinking and university students: from celebration to inebriation. *Drugs and alcohol review*. v. 18. p. 389-399. 1999.

RUBIO VALLADOLID, G.; PONCE ALFARO, G. Conceptos básicos sobre problemas por el alcohol. In G. Rubio Valladolid e J. Santo-Domingo Carrasco. *Guía práctica de intervención en el alcoholismo*. Madrid: Agencia Antidroga/Ilustre Colegio Oficial de Medicos de Madrid. 2000.

_____; BLANCO, A. B. Mujer y problemas por el alcohol. In G. Rubio Valladolid e J. Santo-Domingo Carrasco. *Guía práctica de intervención en el alcoholismo*. Madrid: Agencia Antidroga/Ilustre Colegio Oficial de Medicos de Madrid. 2000.

SILBER, T. J.; SOUZA, R. P. Uso e abuso de drogas na adolescência: o que se deve saber e o que se pode fazer. *Adolescência Latinoamericana*. v. 3. n. 1. p. 148-162. 1998.

SILVA, N. P. *Entre o público e o privado: um estudo sobre a fidelidade à palavra empenhada*. 2002. 353 f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SIMAO, M. O. et al. Alcoholic women and men: a comparative study of social and familial aspects and outcome. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. v.24, n.3. p.121-129. 2002.

SKIPSEY, K.; BURLESON, J. A.; KRANZLER, H. R. Utility of the AUDIT for identification of hazardous or harmful drinking in drug-dependent patients. *Drug and Alcohol Dependence*. v. 45. n. 157. p. 163. 1997.

SMART, R. G. et al. *A methodology for student drug-use surveys*. Geneva: World Health Organization (Offset Publications, 50). 1982.

SOLDERA, M. et al. Uso de drogas psicotrópicas por estudantes: prevalência e fatores sociais associados. *Revista de Saúde Pública*. v. 38. n. 2. p. 277-283. 2004.

SPSS. *SPSS*. Chicago: SPSS Inc. 2003.

TAVARES, B. F.; BÉRIA, J. U.; LIMA, M. S. Prevalência do uso de drogas e desempenho escolar entre adolescentes. In: *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, v. 35. n. 2. p 150-158. 2001

THOMBS, D. L.; BECK, K.H. The social context of four adolescent drinking patterns. In: *Health education research: theory & practice*, USA. v. 9. n. 1. p 13-22. 1994.

TURIEL, E. *El Desarrollo del Conocimiento Social: moralidad y convención*. Madrid: Editorial Debate, 1983.

_____. Conflict and transition in adolescent moral development. *Child Development*. n. 45. p. 14-29. 1974.

TURISCO, J. L. et al. As pessoas que precisam, procuram o tratamento para alcoolismo? *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. v. 49. n. 9. p. 319-320. 2000.

VIVARTA, V. (Coord.). *Equilíbrio distante: tabaco, álcool e adolescência no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Cortez, v 3. 2003. (Série mídia e mobilização social).

WATSON, P.E.; WATSON, D. I.; BATT, R. D. Prediction of blood alcohol concentrations in humans subjects. *Journal of studies on Alcohol*. n. 42. p. 547-556. 1981.

APÊNDICE – A



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
"Campus" de São José do Rio Preto

LEVANTAMENTO DE USO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS ENTRE ADOLESCENTES

Nome:				Escola:	
Endereço:					
Telefone:	Período:	Série e turma:	Idade:	Sexo:	

2. Na sua casa vocês possuem (assinale com um X na quantidade correspondente)

		0 – Não tem	1 - Um	2 – Dois	3 - Três	4 ou +
2.1	Televisão (cores)					
2.2	Rádio					
2.3	Banheiro					
2.4	Automóvel					
2.5	Empregada mensal					
2.6	Aspirador de pó					
2.7	Máquina de lavar roupa					
2.8	Videocassete e ou DVD					
2.9	Geladeira					
2.10	Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex)					

3. Assinale o grau de instrução do chefe da família

Analfabeto / Primário incompleto	
Primário completo / Ginásial incompleto	
Ginásial completo / Colegial incompleto	
Colegial completo / Superior incompleto	
Superior completo	

4. Cite a sua religião:

Nas questões de número 5 até 11 cada dose equivale à:

1 coquetel (batida) 1 garrafa de ICE 1 dose de pinga ou whisky à 40% (36 ml)
1 lata de cerveja (355 ml) 1 taça de vinho (150 ml)

Nas questões de números 5 a 7 faça um círculo ou um X na opção correspondente a sua resposta e na questão 8 coloque o números de vezes pedido (caso não tenha bebido coloque zero)

5 – Lembre da ocasião que mais bebeu nos últimos 30 dias. Quanto você bebeu? (0) 0 doses (3) 5 a 6 doses (1) 1 a 2 doses (4) 7 a 8 doses (2) 3 a 4 doses (5) Mais que 8 doses
6 – Com que frequência você bebeu bebidas alcoólicas nos últimos 30 dias? (0) Não bebi (4) 3 a 4 vezes por semana (1) Aproximadamente uma vez por mês (5) Quase todos os dias (2) 2 a 3 vezes por mês (6) Uma vez por dia ou mais (3) 1 ou 2 vezes por semana
7 – Nos últimos 30 dias quantas doses você bebeu, em média , nos finais de semana ? [some o que você bebeu nos finais de semana (de 6 ^a feira a noite ao domingo) e divida por 4] (0) 0 doses (3) 5 a 6 doses (1) 1 a 2 doses (4) 7 a 8 doses (2) 3 a 4 doses (5) Mais que 8 doses
8 – Nos últimos 30 dias quantas vezes você bebeu 5 ou mais doses em uma única ocasião?

- 9. Com que frequência você toma bebidas de álcool?**
0 – Nunca **3** – Duas a três vezes por semana
1 – Uma vez por mês ou menos **4** – Quatro ou mais vezes por semana
2 – Duas a quatro vezes por mês
- 10. Nas ocasiões em que bebe, quantas doses você costuma tomar?**
0 – Nunca **3** – 7 a 9 doses
1 – 3 ou 4 doses **4** – 10 ou mais doses
2 – 5 ou 6 doses
- 11. Com que frequência você toma “seis ou mais doses” em uma ocasião?**
0 – Nunca **3** – Uma vez por semana
1 – Menos que uma vez ao mês **4** – Todos os dias ou quase todos
2 – Uma vez ao mês
- 12. Com que frequência, durante o último ano, você achou que não seria capaz de controlar a quantidade de bebida depois de começar?**
0 – Nunca **3** – Uma vez por semana
1 – Menos que uma vez ao mês **4** – Todos os dias ou quase todos
2 – Uma vez ao mês
- 13. Com que frequência, durante o último ano, você não conseguiu cumprir com algum compromisso por causa da bebida?**
0 – Nunca **3** – Uma vez por semana
1 – Menos que uma vez ao mês **4** – Todos os dias ou quase todos
2 – Uma vez ao mês
- 14. Com que frequência, durante o último ano, depois de ter bebido muito, você precisou beber pela manhã para se sentir melhor?**
0 – Nunca **3** – Uma vez por semana
1 – Menos que uma vez ao mês **4** – Todos os dias ou quase todos
2 – Uma vez ao mês
- 15. Com que frequência, durante o último ano, você sentiu culpa ou remorso depois de beber?**
0 – Nunca **3** – Uma vez por semana
1 – Menos que uma vez ao mês **4** – Todos os dias ou quase todos
2 – Uma vez ao mês
- 16. Com que frequência, durante o último ano, você não conseguiu se lembrar do que aconteceu na noite anterior por causa da bebida?**
0 – Nunca **3** – Uma vez por semana
1 – Menos que uma vez ao mês **4** – Todos os dias ou quase todos
2 – Uma vez ao mês
- 17. Alguma vez na vida você ou alguma outra pessoa já se machucou, se prejudicou por causa de você ter bebido ?**
0 – Não **4** – Sim, durante o último ano
2 – Sim, mas não no último ano
- 18. Alguma vez na vida algum parente, amigo, médico ou outro profissional da saúde já se preocupou com você por causa de bebida ou lhe disse para parar de beber?**
0 – Não **4** – Sim, durante o último ano
2 – Sim, mas não no último ano

Questões 19 e 20: assinale a resposta de acordo com a pergunta.

- 19.** Considerando o último ano, algum membro de sua família bebeu a ponto de causar problemas em casa, no trabalho ou com amigos?
 Não Sim
- 20.** Se respondeu SIM na questão anterior assinale o membro da família.
 Pai Mãe Irmão(ã) Outro

Agora para responder as questões seguintes marque a alternativa que corresponde com o seu julgamento, ou seja, responda o que você pensa sobre tais comportamentos.

Pontue as frases de acordo com os critérios colocados		Muito errado	Errado	Nem certo, nem errado	Correto	Muito correto
41)	Fumar um ou mais maços de cigarro por dia	1	2	3	4	5
42)	Experimentar maconha uma ou duas vezes por dia	1	2	3	4	5
43)	Fumar maconha ocasionalmente	1	2	3	4	5
44)	Fumar maconha regularmente	1	2	3	4	5
45)	Usar solvente (loló/lança-perfume) de vez em quando	1	2	3	4	5
46)	Tomar um ou dois drinques (bebida alcoólica) quase todo o dia	1	2	3	4	5
47)	Tomar cinco ou mais drinques algumas vezes em finais de semana	1	2	3	4	5
48)	Dirigir um carro depois de um ou dois drinques	1	2	3	4	5
49)	Dirigir um carro depois de cinco ou mais drinques	1	2	3	4	5
50)	Agredir fisicamente qualquer pessoa	1	2	3	4	5
51)	Pegar algo em uma loja sem pagar	1	2	3	4	5
52)	Entrar em um ambiente (como sala de aula) onde já existem pessoas, sem pedir licença	1	2	3	4	5
53)	Deixar o quarto desarrumado	1	2	3	4	5
54)	Não usar capacete quando está dirigindo uma motocicleta	1	2	3	4	5

Pontue as frases de acordo com os critérios colocados		Errado porque pode causar danos a outras	Errado porque causa dano a própria pessoa	Certo, mas pode causar dano a própria pessoa	Certo porque não há regras	Muito certo, independente de existir uma regra ou
55)	Imagine que não houvesse regra, lei ou objeção social sobre fumar um ou mais maços de cigarro por dia. Eu acredito que poderia ser	1	2	3	4	5
56)	Imagine que não houvesse regra, lei ou objeção social sobre fumar maconha. Eu acredito que poderia ser	1	2	3	4	5
57)	Imagine que não houvesse regra, lei ou objeção social sobre usar solvente (loló/lança-perfume). Eu acredito que poderia ser	1	2	3	4	5
58)	Imagine que não houvesse regra, lei ou objeção social sobre beber bebidas alcoólicas. Eu acredito que poderia ser	1	2	3	4	5
59)	Imagine que não houvesse regra, lei ou objeção social sobre dirigir alcoolizado. Eu acredito que poderia ser	1	2	3	4	5
60)	Imagine que não houvesse regra, lei ou objeção social sobre agredir qualquer pessoa. Eu acredito que poderia ser	1	2	3	4	5
61)	Imagine que não houvesse regra, lei ou objeção social sobre pegar algo de uma loja sem pagar. Eu acredito que poderia ser	1	2	3	4	5
62)	Imagine que não houvesse regra, lei ou objeção social sobre entrar em um ambiente (como uma sala de aula) onde já existem pessoas sem pedir licença. Eu acredito que poderia ser	1	2	3	4	5
63)	Imagine que não houvesse regra, lei ou objeção social sobre deixar o quarto desarrumado. Eu acredito que poderia ser	1	2	3	4	5
64)	Imagine que não houvesse regra, lei ou objeção social sobre não usar capacete quando está trafegando em uma motocicleta. Eu acredito que poderia ser	1	2	3	4	5

Usando os critérios ao lado assinale o número de quem você considera autoridade pelo controle dos comportamentos relacionados		A própria pessoa	Amigos	Pais	Autoridades escolares	Autoridades religiosas	Governo, via leis
65)	Fumar cigarro deveria ser regulamentado por	1	2	3	4	5	6
66)	Fumar maconha deveria ser regulamentado por	1	2	3	4	5	6
67)	Usar solvente (loló/lança-perfume) deveria ser regulamentado por	1	2	3	4	5	6
68)	Tomar um ou dois drinques (bebida alcoólica) deveria ser regulamentado por	1	2	3	4	5	6
69)	Dirigir um carro depois de tomar bebidas alcoólicas deveria ser regulamentado por	1	2	3	4	5	6
70)	Agredir fisicamente qualquer pessoa deveria ser regulamentado por	1	2	3	4	5	6
71)	Pegar algo em uma loja sem pagar deveria ser regulamentado por	1	2	3	4	5	6
72)	Entrar em um ambiente (como sala de aula) onde já existem pessoas, sem pedir licença, deveria ser regulamentado por	1	2	3	4	5	6
73)	Arrumar o quarto deveria ser regulamentado por	1	2	3	4	5	6
74)	Usar capacete quando está dirigindo uma motocicleta deveria ser regulamentado por	1	2	3	4	5	6

Questões sobre o contexto social em que se consome álcool

Com que idade você experimentou bebida alcoólica pela primeira vez?	
Qual foi a bebida que você experimentou nessa primeira vez?	
Com quem você estava quando experimentou bebida alcoólica pela primeira vez?	
Onde você estava quando experimentou bebida alcoólica pela primeira vez?	
E hoje, qual o tipo de bebida que você mais bebe? (Se houver mais de uma citar em ordem de consumo)	
Onde você costuma beber com maior frequência? (Se houver mais de um lugar citar em ordem de frequência)	
Com quem você costuma beber?	
Você bebe quando está sozinho?	
Pense no dia em que você mais bebeu. Quando foi?	
Onde foi?	
Com quem você estava no dia em que você mais bebeu?	
Diga-me quando foi a última vez que você bebeu?	
Qual foi o lugar que você bebeu pela última vez?	
Com quem estava quando bebeu pela última vez?	
Por que você bebeu nessa ocasião?	



APÊNDICE C
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
 “Campus” de São José do Rio Preto

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da Pesquisa:

JULGAMENTO SÓCIO-MORAL, CONTEXTO E EXPECTATIVAS SOBRE CONSUMO DE ÁLCOOL ENTRE ADOLESCENTES

Sr.(a) Pai ou Responsável,

A UNESP preocupada com a questão de drogas em nossa região vem desenvolvendo estudos visando conhecer as melhores formas de educar as crianças e adolescentes em relação a este assunto. Para tanto estamos iniciando uma pesquisa, agora com estudantes do Ensino Médio, nível que o seu filho(a) se encontra, e para a sua realização gostaríamos de contar com a sua colaboração, autorizando que o seu filho(a) responda alguns questionários.

No intuito de preservar a privacidade de seu filho(a) nos comprometemos com a confidencialidade das informações prestadas, assim como garantir que a divulgação dos resultados não acarretará a identificação de qualquer jovem pesquisado neste estudo.

Este termo de consentimento é composto de duas vias, uma ficando com o senhor (responsável do aluno entrevistado), que em caso do surgimento de alguma dúvida poderá procurar os pesquisadores nos seguintes telefones ou endereços eletrônicos (e-mail):

Raul Aragão Martins: 0 17 xx 221 2317 – raul@edu.ibilce.unesp.br e Luciana Ap.

Nogueira da Cruz: 0 17 xx 262 1711 – lugranada@zipmail.com.br

Agradecemos antecipadamente a sua atenção e compreensão.

Atenciosamente,

.....de200_

 Nome do aluno

RAUL ARAGÃO MARTINS

 Nome do entrevistador

 Assinatura do aluno

 Assinatura do entrevistador



APÊNDICE D
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da Pesquisa:

JULGAMENTO SÓCIO-MORAL, CONTEXTO E EXPECTATIVAS SOBRE CONSUMO DE ÁLCOOL ENTRE ADOLESCENTES

Observamos, atualmente, que os jovens vêm fazendo uso abusivo de álcool, cada vez mais cedo e numa intensidade cada vez maior. Preocupados com esta questão os pesquisadores RAUL ARAGÃO MARTINS (Professor do IBILCE-UNESP) e LUCIANA AP. NOGUEIRA DA CRUZ (Psicóloga e mestranda em Educação), estão desenvolvendo uma pesquisa que tem os objetivos de identificar os jovens que estão bebendo em excesso e as características do hábito de beber, como os lugares que bebem com maior frequência e as expectativas que têm em relação a bebida.

Todas as informações serão sigilosas de modo a preservar minha privacidade e identidade e, embora saiba da importância da minha participação, poderei deixar esta intervenção a qualquer momento, sem qualquer penalidade ou prejuízo durante meus estudos. Também concordo que os resultados desta pesquisa sejam apresentados em Congressos ou Reuniões Científicas e até mesmo publicados, desde que não seja revelada a minha identidade.

Este termo de consentimento está sendo assinado em duas vias, uma ficando com o aluno entrevistado, que em caso do surgimento de alguma dúvida poderá procurar os pesquisadores nos seguintes telefones ou endereços eletrônicos (e-mail):

Raul Aragão Martins: 0 17 xx 221 2317 – raul@edu.ibilce.unesp.br

Luciana Ap. Nogueira da Cruz: 0 17 xx 262 1711 – lugranada@zipmail.com.br

.....,.....de200_

Nome do aluno

Assinatura do aluno

RAUL ARAGÃO MARTINS

Nome do entrevistador

Assinatura do entrevistador

ANEXO A



Unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
Fone: (0xx 14) 3402-1346
Fax: (0xx14) 422-4797
www.marilia.unesp.br/cep
e-mail: cep@marilia.unesp.br

PARECER DO PROJETO Nº 001651/2004

IDENTIFICAÇÃO

1. Título do Projeto: Julgamento sócio moral, contexto e expectativas sobre o consumo de álcool entre adolescentes.
2. Pesquisador Responsável: Luciana Aparecida Nogueira da Cruz
3. Instituição do Pesquisador: Programa de Pós-Graduação em Educação da FFC - Unesp Marília
4. Apresentação ao CEP: 05/08/2004
5. Apresentar relatório em:

OBJETIVOS

Observar o consumo de substâncias psicoativas, particularmente do álcool, entre adolescentes das escolas de Nova Granada – SP - e levantar o julgamento moral além do contexto social que envolve tal consumo e o seu notório aumento.

SUMÁRIO DO PROJETO

O projeto prevê um levantamento de dados através de questionário aplicado junto aos adolescentes (estudantes do ensino fundamental e médio) de Nova Granada – SP – no que se refere às expectativas, juízos de valor e moral com relação ao consumo de álcool por este público jovem. Para tanto a pesquisadora seleciona dois tipos de escolas: a pública e a privada, além de investigar o contexto social que envolve tal atitude como a publicidade e o chamado ambiente facilitador que ocorre tanto na família quanto no ambiente cultural em torno dos pesquisados.

COMENTÁRIOS DO RELATOR

A pesquisa tem objetivos, claros e está baseada em trabalho semelhante desenvolvido por pesquisadores americanos e brasileiros da área de psicologia. De modo que está bem

fundamentada teoricamente e suas etapas estão bem definidas assim como o público alvo. Para desenvolvê-la, a pesquisadora apresenta os seguintes requisitos à comissão de ética:

1. Aprovação dos diretores responsáveis das escolas alvo através de carta de consentimento
2. Modelo de carta de consentimento a ser enviada a cada pai ou responsável pelo adolescente que participar da pesquisa com os devidos esclarecimentos sobre sigilo, e regras para divulgação dos resultados
3. Observação de que cada participante poderá desligar-se imediatamente da pesquisa caso sintá-se prejudicado com a mesma

Trata-se de pesquisa de grande interesse público e de fundamental importância para possíveis campanhas de esclarecimentos junto à população jovem consumidora de álcool e psicoativos cada vez mais cedo. Além da importância social da mesma, esta encontra-se bem fundamentada, com objetivos claros, exequíveis e resguardados pelos procedimentos éticos exigidos em tal caso, ou seja, consentimento dos interessados e envolvidos.

Recomendo a sua aprovação.

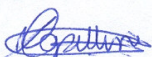
PARECER FINAL

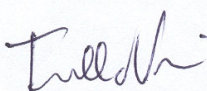
O CEP da FFC da UNESP após acatar o parecer do membro relator previamente aprovado para o presente estudo e atendendo a todos os dispositivos das resoluções 196/96 e complementares, bem como ter aprovado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido como também todos os anexos incluídos na pesquisa resolve aprovar o projeto de pesquisa supracitado.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

DATA DA REUNIÃO

Homologado na reunião do CEP da FFC da UNESP em 23/11/2004.


Dr^a SIMONE APARECIDA CAPELLINI
Presidente CEP


Dr^o TULLO VIGEVANI
Diretor de FFC

ANEXO B



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO DO INTERIOR
DIRETORIA DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
E.E. FRANCISCO MARQUES PINTO
RUA PAULO ARAUJO, 153 CENTRO Cep. 15440-000 NOVA GRANADA/SP
Telefone: 17-262-1088
e-mail: eefmp@granadanet.com.br

Ofício nº 47/2004

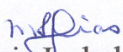
Nova Granada, 22 de abril de 2004

Prezada Pesquisadora

A Direção da E.E. “FRANCISCO MARQUES PINTO”, após leitura do projeto de pesquisa “Julgamento sócio-moral, contexto e expectativas sobre consumo de álcool entre adolescentes” coordenado pela mestrandia LUCIANA APARECIDA NOGUEIRA DA CRUZ, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP – Campos de Marília, concorda que ele seja desenvolvido nesta escola a partir do ano de 2004.

Sem mais no momento, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Profª Maria Izabel Jeppez Dias

RG 10.968.847-8 - Diretora de Escola Substituta